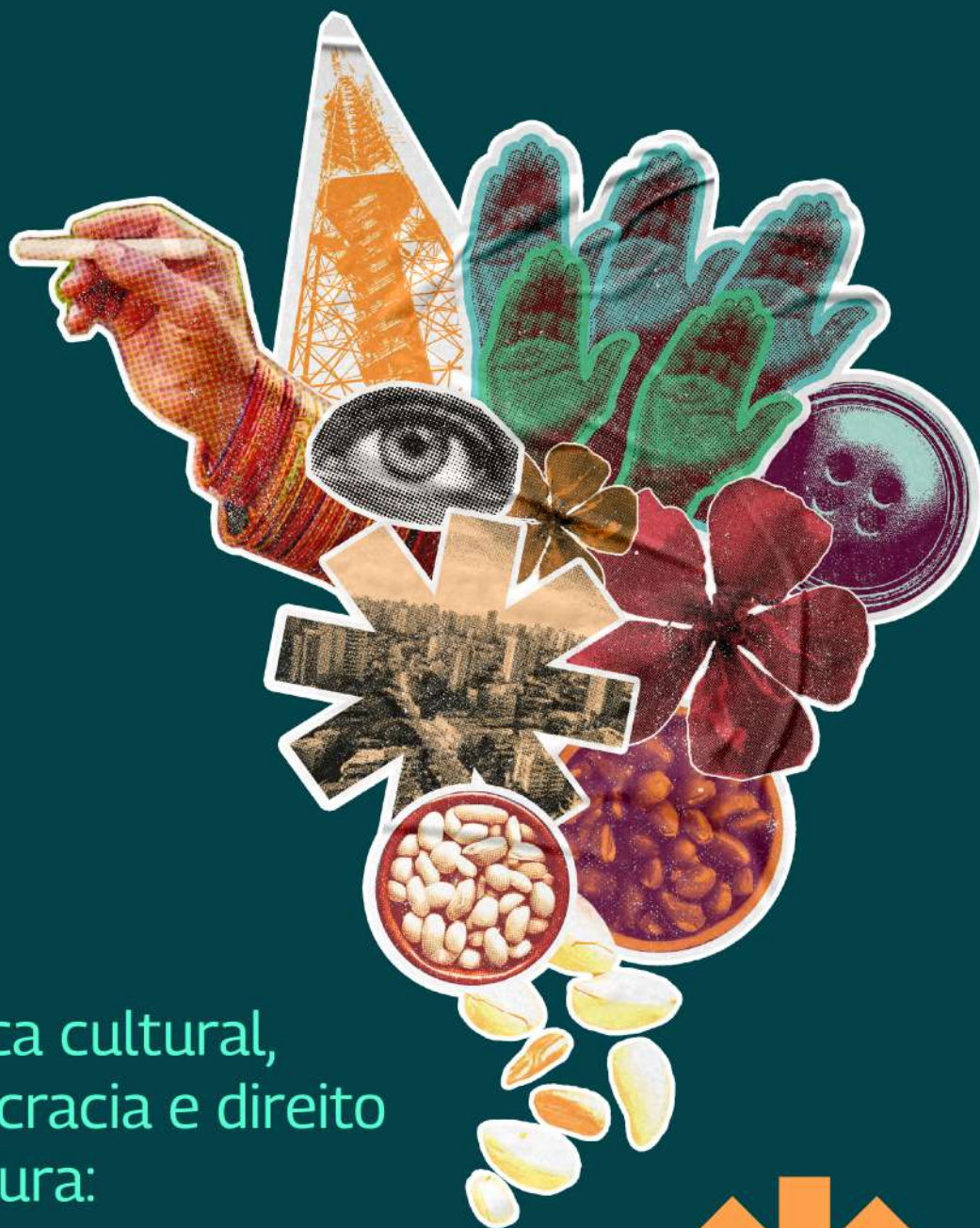




Política cultural,
democracia e direito
à cultura:

**diagnóstico e insumos
para a elaboração do
Plano Nacional de Cultura.**





Política cultural,
democracia e direito à cultura:

**diagnóstico e insumos
para a elaboração do
Plano Nacional de Cultura.**



2024 Enap.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total dessa obra, desde que citada a fonte.

Presidente:

Betânia Peixoto Lemos

Diretor de Altos Estudos:

Alexandre de Ávila Gomide

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências:

Larissa Nacif Fonseca

Autoria:

Lorenzo Bianchi
Célio Belmiro
Victória Evelllyn Costa
Diego Pinheiro
Jaime Macedo
Fernanda Serpa
Tamille Dias

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Gabriel Antônio Rezende de Paula

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A missão do EvEx é apoiar a tomada de decisão no setor público. Para isso a equipe sintetiza, produz e dissemina evidências que possam servir de base para o desenho, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Para mais informações, entre em contato: evidencia.express@enap.gov.br.

Este relatório é fruto da parceria institucional entre Escola Nacional de Administração Pública e Ministério da Cultura.

Sumário

Introdução.....	3
Eixo 01 – Gestão e participação social.....	7
Gestores na área da cultura.....	7
Composição do investimento público na área de cultura.....	9
Conselhos municipais de cultura.....	12
Planos e fundos.....	14
Eixo 02 – Fomento à cultura.....	19
Mecanismos de mecenato.....	19
Fundo Nacional de Cultura (FNC).....	23
Eixo 03 – Patrimônio e memória.....	27
Eixo 04 – Formação.....	33
Eixo 05 – Infraestrutura, equipamentos e espaços culturais.....	41
Eixo 06 – Economia criativa, trabalho, emprego, renda e proteção social.....	45
Eixo 07 – Cultura, bem viver e justiça climática.....	51
Eixo 08 – Cultura digital e direitos digitais.....	59

Introdução

A política cultural no Brasil encontra-se em momento de transformação após a finalização de um ciclo de 14 anos, com o término da vigência do **1º Plano Nacional de Cultura**, em 2024. Neste ano, realizou-se a **4ª Conferência Nacional de Cultura** com o tema “Democracia e Direito à Cultura”, promovendo o debate junto à sociedade para definir as prioridades de atuação na efetivação do direito à cultura e das políticas culturais. Durante a Conferência, realizada de 4 a 8 de março de 2024, em Brasília (DF), foram aprovadas 30 propostas para orientar a definição de objetivos e ações pretendidas para a criação de um novo **Plano Nacional de Cultura**.

O fim do Plano proporciona uma oportunidade para a sociedade brasileira avaliar as políticas construídas durante esse período e rediscutir as prioridades para que um novo ciclo se inicie.

Para apoiar as discussões das etapas locais de elaboração do Plano Nacional de Cultura, foram destacados pelo **Ministério da Cultura**, com apoio da equipe de pesquisa **Enap**, dados e informações relacionados ao conteúdo das propostas aprovadas e priorizadas na **4ª Conferência Nacional de Cultura** que podem apoiar na compreensão de aspectos do cenário recente da cultura no Brasil. Esses dados buscam chamar a atenção a questões específicas, relacionadas às temáticas de:

- * *institucionalização e participação social em políticas culturais nos estados e municípios;*
- * *distribuição de recursos e temáticas relacionadas ao fomento;*
- * *características dos patrimônios culturais nacionais;*
- * *a disponibilidade de equipamentos culturais à população;*
- * *o acesso à educação cultural;*
- * *aspectos do mercado de trabalho de cultura;*
- * *possíveis impactos da ação humana aos meios de vida de comunidades tradicionais; e*
- * *transformações geradas pela cultura em formato digital e os direitos relacionados.*

Os elementos prioritários definidos na Conferência tratam de problemas complexos, compostos por múltiplas causas. Desta forma, as informações aqui apresentadas não buscam apresentar conclusões definitivas sobre os temas abordados ou sobre como os desafios da política cultural devem ser enfrentados. *Este relatório oferece uma síntese de análises possíveis com dados atuais, não pretendendo esgotar as possibilidades de análise de dados relativos à cultura.* Espera-se que este relatório também possa instigar análises futuras com aprofundamento das questões aqui abordadas.

EIXO 01

Gestão e participação social

* Eixo 01:

Gestão e participação social

O Eixo 1, que trata da gestão e participação social na cultura, reúne informações sobre a institucionalização das políticas culturais nos municípios brasileiros, incluindo dados sobre a gestão das políticas, o perfil social dos gestores e a estrutura financeira e orçamentária das cidades. A análise da execução orçamentária revela a capacidade dos entes federados de alocar recursos para a cultura e destaca a importância de órgãos específicos, como secretarias e conselhos de cultura, em promover a articulação e a gestão integrada das políticas culturais. A presença de conselhos municipais, por sua vez, indica a cobertura desses instrumentos de participação social em diferentes regiões do país.

Metodologia:

Os dados relativos à gestão (despesas empenhadas) foram obtidos no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) para Estados e Municípios e SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) para o nível federal. Os dados relativos às características de ocupantes de cargos de gestão e municípios foram obtidos da Munic 2021 (Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE).

Os dados levantados pelo IBGE, pela base Munic, mostram que há uma **grande variabilidade na gestão das políticas culturais e na execução dos recursos financeiros**. Embora muitos municípios apresentem algum nível de organização, quase metade não possui conselhos de cultura, e, mesmo entre os que têm, muitos apresentam baixa atividade, comprometendo a participação e o monitoramento das políticas culturais. Outro desafio é a representatividade dos gestores, predominantemente brancos e masculinos, evidenciando pouca diversidade. Em termos de orçamento, a execução é ainda limitada, com **cerca de 1.500 municípios gastando menos de 10% do previsto para a área cultural**, o que demonstra a necessidade de fortalecer e consolidar um sistema cultural mais eficiente e inclusivo.

* Gestores na área da cultura

A Munic 2021 coletou dados de 5.423 municípios brasileiros, o que representa mais de 97% dos 5.570 considerados pelo IBGE. A análise do perfil sociodemográfico dos gestores em cultura apontou que a maioria das **pessoas em posições de liderança cultural nos municípios do Brasil é do sexo masculino**, representando 52,3% do total de 5.423 respondentes da pesquisa. Há variações regionais relevantes, com uma predominância de mulheres no Sul do país (65,1%) e de homens no Norte (61,6%).

Pessoas brancas representam 57,8% de gestores da cultura. Na análise regional, o percentual de brancos chega a 89,5% na região Sul. Pardos são maioria no Norte (62,5%), Nordeste (53,9%) e Centro-Oeste (42,3%). Pretos, indígenas e amarelos são grupos sub-representados entre lideranças da área da cultura em todas as regiões.

A **faixa etária mais representativa é entre 40 e 50 anos**, seguida pelo grupo de 50 a 60 anos, indicando que a liderança na gestão cultural tende a estar concentrada em faixas etárias mais avançadas.

Em relação ao nível de escolaridade, há uma predominância de **gestores com ensino superior e especialização**. Entre os respondentes, a maior parte dos ocupantes de cargos de gestão em cultura (2.223) possui ensino superior completo ou incompleto (41%). Aqueles com pós-graduação *stricto sensu* somam 342 (6,3%) e 37% têm algum tipo de especialização.

Para análises futuras: recortes de interseccionalidade podem fornecer reflexões importantes a partir do cruzamento das informações apresentadas.

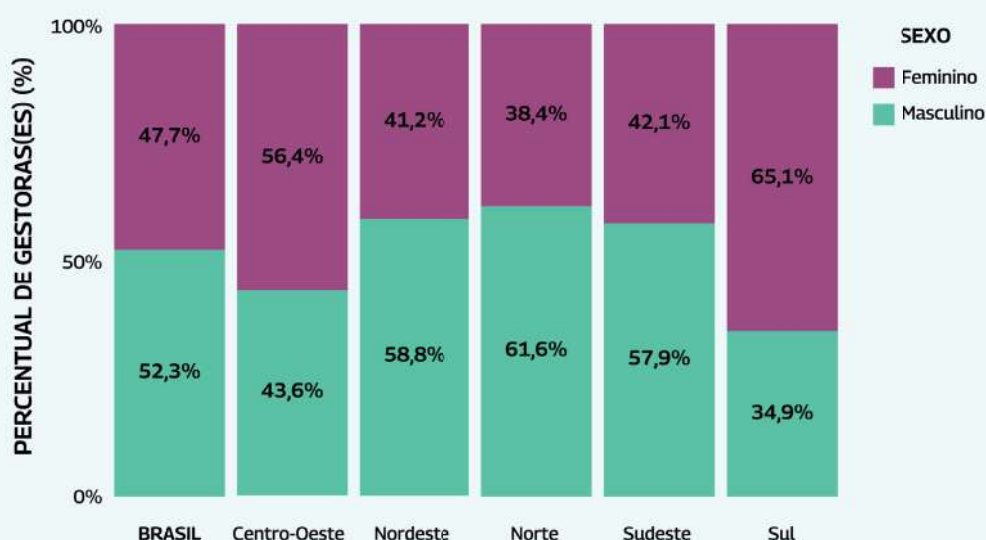


Figura 1.1:

Distribuição por sexo de gestores municipais em cultura. Brasil e regiões, 2021.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Muncip de 2021.

* O gráfico de barras da figura 1.1 representa a distribuição percentual de indivíduos por sexo e regiões do Brasil: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. As barras estão categorizadas em duas seções: "Feminino" e "Masculino". A barra roxa representa o grupo feminino, correspondendo a 47,7% do total, enquanto a barra verde representa o grupo masculino, que abrange 52,3% da distribuição. Observa-se que há uma predominância de indivíduos do sexo masculino em comparação ao feminino. No Centro-Oeste, o percentual feminino é de 56,4%, superando o masculino, que corresponde a 43,6%. No Nordeste, a maior parte dos indivíduos é do sexo masculino (58,8%), enquanto 41,2% são do sexo feminino. A região Norte apresenta a maior predominância masculina, com 61,6%, enquanto o sexo feminino representa 38,4%. No Sudeste, os homens compõem 57,9% da distribuição, e as mulheres, 42,1%. Por fim, no Sul, observa-se uma alta proporção feminina (65,1%), com os homens representando 34,9%.

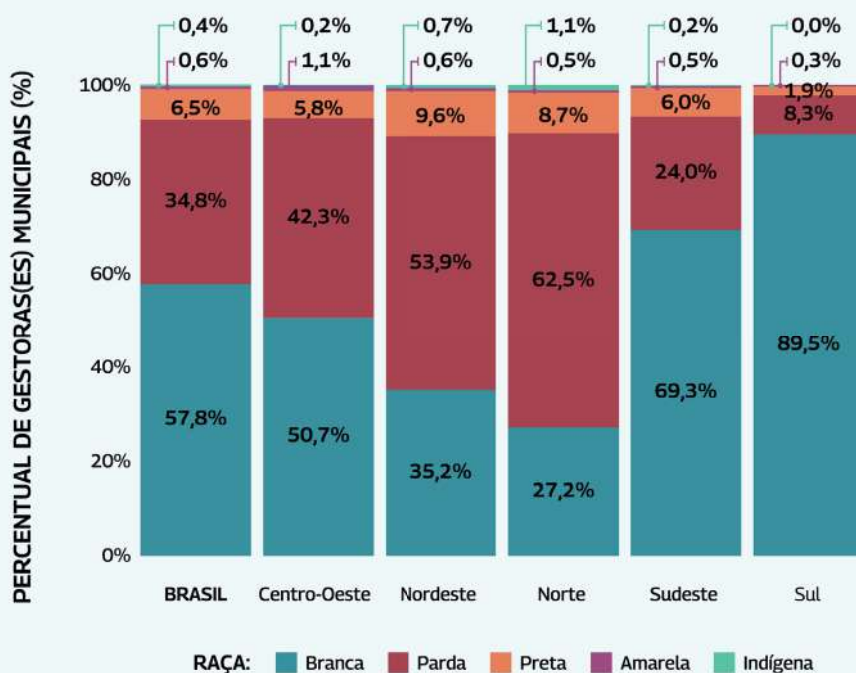


Figura 1.2:

Percentual de gestores municipais por raça/cor por região e no país

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Munc de 2021.

* O gráfico de barras da figura 1.2 ilustra a distribuição percentual de indivíduos em cargos municipais de gestão da cultura, por raça/cor e regiões do Brasil: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. As categorias de raça/cor apresentadas são: Branca, Parda, Preta, Amarela e Indígena, cada uma representada por uma cor distinta no gráfico. A maior parcela é composta por pessoas da raça Branca, que correspondem a 57,8% do total, destacada em azul. Em seguida, a segunda maior categoria é a Parda, representando 34,8% dos indivíduos e ilustrada em vermelho. Pessoas da raça Preta compõem 6,5% da distribuição, visualizadas em laranja nas barras acima. As categorias Amarela (0,6%) e Indígena (0,4%) possuem percentuais significativamente menores, sendo quase imperceptíveis no gráfico, mostradas em roxo e verde-claro, respectivamente. No Sul, observa-se uma concentração acentuada de gestores brancos, que compõem 89,5% do total, refletindo uma homogeneidade racial desse grupo nessa região. Por outro lado, no Norte, a maioria dos gestores se identifica como pardos (62,5%). As regiões Nordeste e Centro-Oeste também apresentam uma maior proporção de gestores pardos, com 53,9% e 42,3%, respectivamente, enquanto o Sudeste mostra uma predominância de gestores brancos (69,3%), com uma presença notável de gestores pardos (24%). A presença de gestores pretos, amarelos e indígenas é consistentemente baixa em todas as regiões, com o Norte e o Nordeste apresentando alguma diversidade em comparação às outras regiões.

* Composição do investimento público na área de cultura

Dados orçamentários e financeiros foram analisados para os anos de 2013 a 2023, para os três níveis de poder (entes municipais, estaduais e federal). O investimento público é fundamental para permitir o acesso à cultura de toda a população, mas sem a efetiva aplicação dos recursos, os projetos podem não ser realizados. Por isso, é importante que os recursos sejam recebidos, distribuídos e pagos pelos entes.

Quando se observa a composição do orçamento público ao longo dos anos, nota-se que os **municípios são responsáveis por 50% a 60% dos valores públicos desembolsados anualmente por serviços e bens culturais**, seguidos pelos estados e, por fim, pelo governo federal.

Ao analisar os gastos em cultura nos anos de 2013 e 2023, observa-se que a **maioria dos municípios investe menos de 2,5% do orçamento em ações culturais**. Em 2013, dos 5.020 municípios com dados disponíveis, 4.397 (87,5%) destinavam essa porcentagem ou menos. Em 2023, houve uma leve melhora: dos 5.352 municípios analisados, 4.335 (81%) mantinham esse nível de investimento.

Mesmo quando há verba destinada a essa área, a execução é baixa, ou seja, a maior parte do valor reservado para cultura não é efetivamente utilizada por grande parte dos municípios. A pesquisa “Munic” 2021 (IBGE) demonstrou que **quase 30% dos municípios não preveem orçamento para a cultura**, enquanto outros 20% executam até 10% do orçamento planejado.

Os dados sugerem um grande desafio na capacidade dos municípios de planejar e executar efetivamente os recursos destinados à cultura. A falta de planejamento, dificuldades administrativas, ou até mesmo baixa prioridade para a área podem estar contribuindo para essa baixa execução. O elevado número de municípios que não informam ou que não têm orçamento previsto também aponta para a necessidade de se aprimorar o uso dos recursos para promover o desenvolvimento local da cultura.

Para análises futuras, considerações sobre os portes dos municípios podem detalhar melhor os perfis municipais quanto às despesas com cultura.

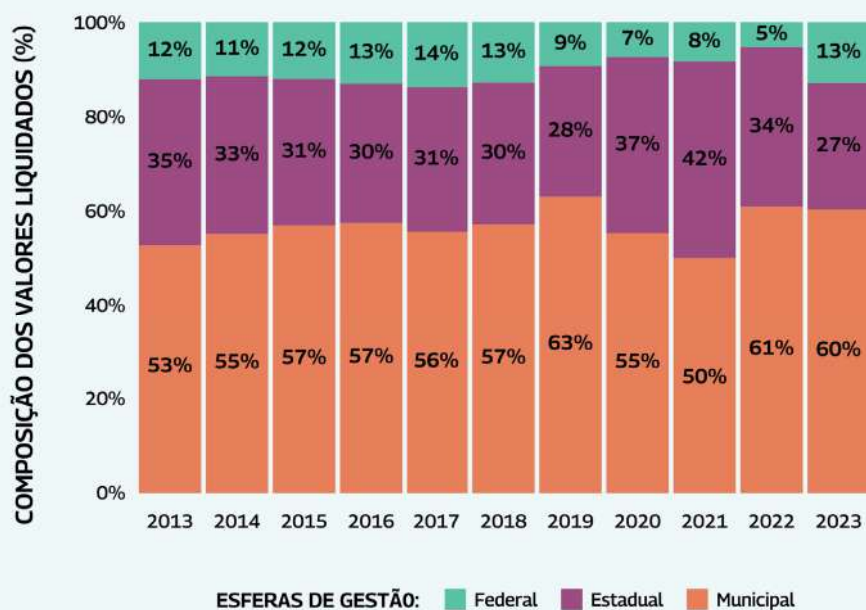


Figura 1.3:

Proporção de despesas desembolsadas no orçamento público para a função de cultura nas esferas federal, estadual e municipal, 2013 a 2023.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do SICONFI.

* A figura 1.3 apresenta a distribuição das despesas desembolsadas (ou liquidadas) na função Cultura, nas esferas federal, estadual e municipal, ao longo do período 2013 – 2023. A despesa liquidada se refere ao valor efetivamente pago após a prestação de serviços ou entrega de bens. A composição é apresentada em porcentagens, e o gráfico é segmentado em três cores que representam cada esfera de governo. Por exemplo, se o valor total liquidado na função Cultura em 2013 fosse de 1 milhão de reais, desse total, 530 mil (53%) teriam sido pagos pelos municípios, 350 mil (35%) pelos estados e 120 mil (12%) pelo governo federal. Assim, essa composição destaca o papel dos municípios como os principais responsáveis pela execução dos recursos destinados à cultura.

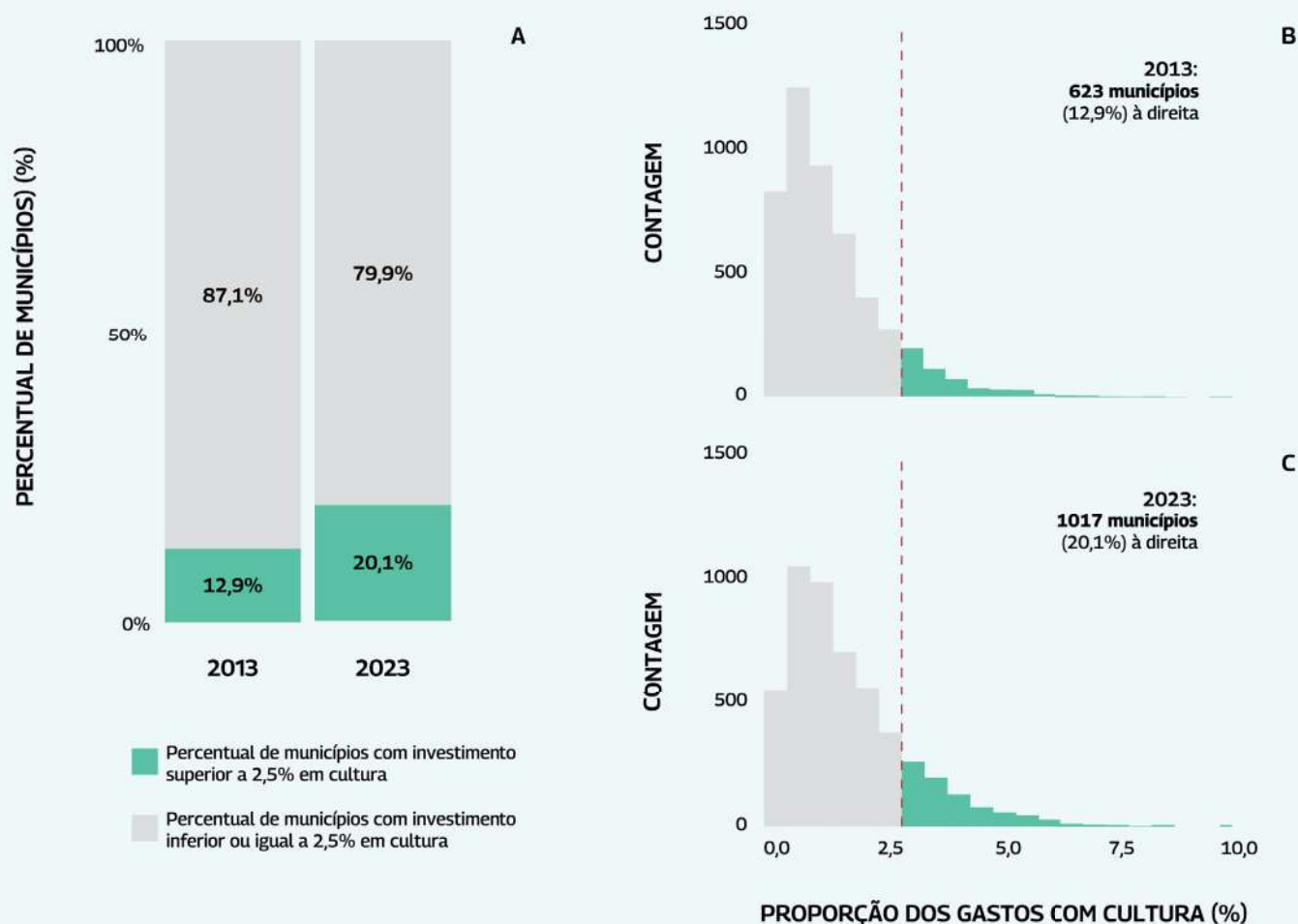


Figura 1.4:

Distribuição dos gastos desembolsados na função Cultura em relação ao total liquidado pelos municípios, 2013 e 2023.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do SICONFI.

* As figuras mostram a distribuição proporcional de gastos na função cultura em relação ao total de despesas liquidadas por grupo de municípios, para os anos de 2013 e 2023. O eixo horizontal indica a proporção dos gastos com cultura, enquanto o eixo vertical apresenta o número de municípios em cada faixa de proporção. Cada barra do gráfico representa um grupo de municípios que destinam uma certa proporção dos seus valores liquidados para o setor cultural. Quanto mais alta a barra, maior o número de municípios dentro da faixa destacada no eixo horizontal. Em 2013, 87,5% dos municípios apresentaram uma baixa proporção de gastos com Cultura (4.392), entre 0% e 1% das despesas. Apenas 623 (aproximadamente 12,5%) municípios apresentaram uma proporção de alocação de recursos superior a 2,5%. Naquele ano, 550 municípios não disponibilizaram informações da liquidação de despesas na área. Em 2023, mais municípios (1.017) alocaram 2,5% ou mais de suas despesas liquidadas no setor cultural. Há um crescimento do número de municípios que aloca maior percentual de recursos no setor e uma redução no número de municípios que não apresentam dados sobre a liquidação de despesas culturais (218) em 2023. Nota: estão sendo desconsiderados 550 municípios em 2013, e 218 municípios em 2023, que não apresentaram informações referentes às despesas liquidadas na função Cultura.



* Conselhos municipais de cultura

Os conselhos de cultura são **instâncias participativas fundamentais para a gestão democrática da cultura nos municípios brasileiros**. Eles podem ser compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, atuando como espaços de diálogo, formulação e monitoramento de políticas culturais. Sua existência pode fortalecer a participação social, possibilitando que a comunidade tenha voz ativa na definição de prioridades e na alocação de recursos para a cultura local. Além disso, os conselhos de cultura contribuem para a institucionalização das políticas culturais, promovendo maior transparência, acesso à cultura e alinhamento das ações governamentais com as necessidades e demandas da sociedade.

Cerca de 51,2% dos municípios brasileiros possuem conselho local de cultura. A nível estadual, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, apresentam altas taxas de municípios com conselhos de cultura, superando a marca de 75% dos municípios. A presença ou ausência dos conselhos pode indicar uma maior ou menor institucionalização da política cultural ou desafios específicos na implementação de políticas culturais participativas nessas áreas.

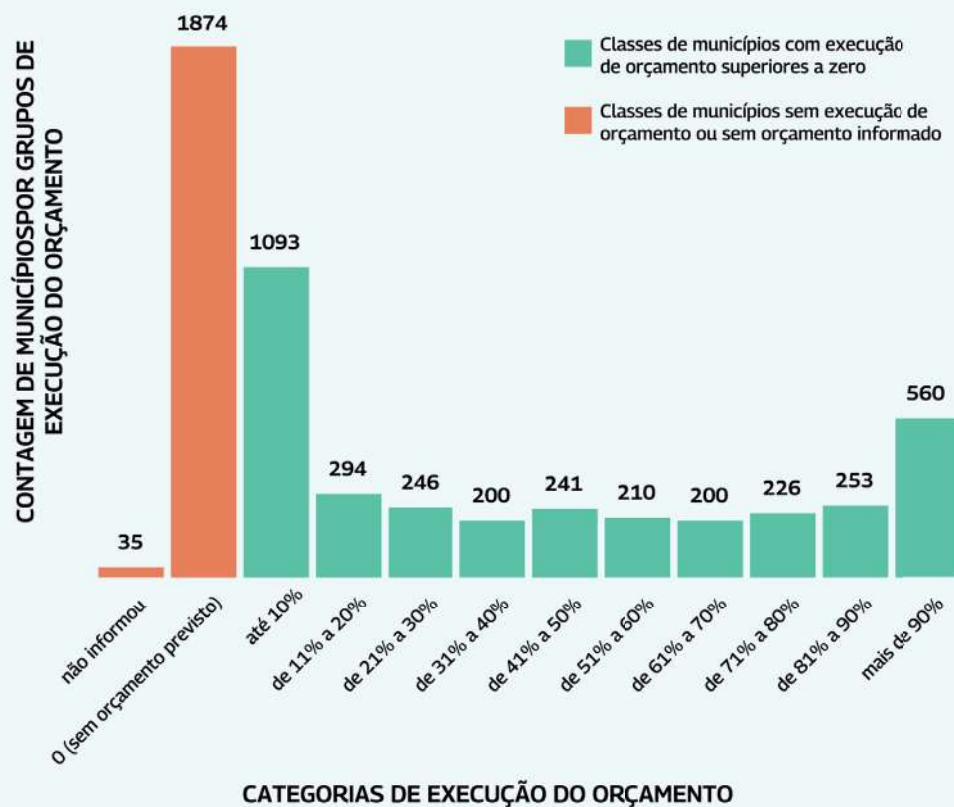
Os dados apontam que há uma correlação entre o porte dos municípios e a presença de conselhos. **Quanto maior o porte do município, maior a probabilidade de possuir um conselho para discussões sobre cultura.** Para cidades com até 5.000 habitantes, observa-se que apenas 35% dos municípios possuem conselho, enquanto para municípios com mais de 500.000 moradores, esse percentual chega a 98%.

A atividade desses conselhos e o formato de atuação são outras análises complementares que podem fornecer insumos para ampliar e diversificar a participação social nesses espaços.

Figura 1.5:

Distribuição de municípios por faixa percentual de execução do orçamento destinado à cultura, 2021.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Munic de 2021.



* O gráfico mostra a distribuição municipal de execução do orçamento destinado à cultura, dividida por categorias que representam diferentes níveis de execução orçamentária, incluindo as categorias adicionais para casos onde não houve informação ou não havia orçamento previsto. Os valores indicados nas barras representam o número de municípios na faixa de execução. Em relação ao percentual executado do orçamento destinado à cultura em 2021, 406 municípios declararam não executar nenhum recurso (categoria "0%"). Um grande número de municípios (1.093) executou até 10% do orçamento previsto. Por outro lado, a categoria "Mais de 90%" de execução apresenta 560 municípios, indicando que outra parcela relevante consegue utilizar quase a totalidade dos recursos disponíveis. Também se destaca a quantidade expressiva de municípios que declararam não ter orçamento previsto para a área cultural (1.468) no ano da pesquisa. Este gráfico evidencia uma distribuição concentrada em extremos, com muitos casos sem execução orçamentária e outros em níveis muito baixos.

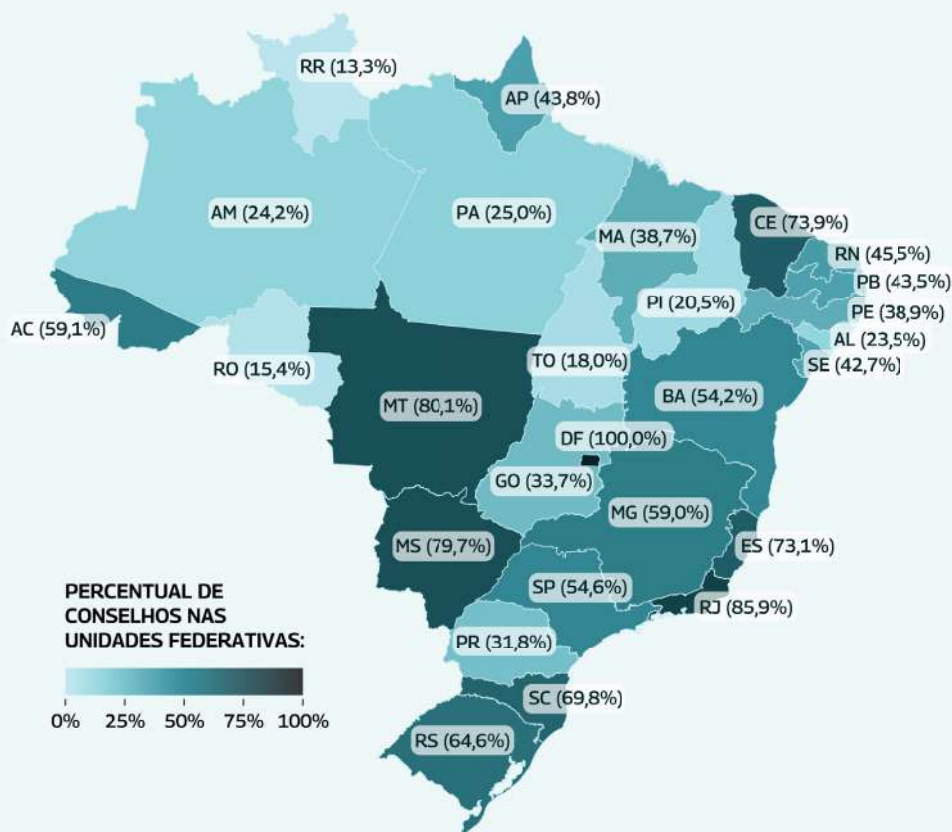


Figura 1.6:

Percentual de municípios com conselhos locais de cultura por estado, 2021.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Munic de 2021.

* O mapa ilustra a distribuição percentual de municípios que possuem conselhos de cultura em cada estado do Brasil, utilizando uma escala de cores que varia do verde claro ao verde escuro. Estados com maior percentual de municípios com conselhos de cultura são destacados em tons mais escuros, enquanto aqueles com menor percentual aparecem em tons mais claros. Estados como Rio de Janeiro (85,9%), Mato Grosso (80,1%) e Mato Grosso do Sul (79,7%) apresentam altos percentuais e são destacados com tons de verde escuro. No Nordeste, destacam-se o Ceará (73,9%) e o Espírito Santo (73,1%), que possuem uma presença significativa de conselhos de cultura. Por outro lado, estados como Roraima (13,3%) e Rondônia (15,4%) apresentam os menores percentuais, indicados por tons de verde muito claro, indicando uma baixa existência de conselhos de cultura. Esses dados evidenciam disparidades regionais na presença de conselhos, com maior concentração em algumas regiões como o Sudeste e Centro-Oeste e uma menor presença no Norte e em partes do Nordeste.

* Planos e fundos

Outros instrumentos importantes para a gestão e a institucionalização da política são os fundos municipais e os planos de cultura.

A maioria dos municípios (66,1%) ainda não possui Plano de Cultura. Cerca de 18,7% dos municípios estão no processo de elaboração de seus Planos de Cultura, demonstrando um movimento em direção à formalização dessas políticas. São 12,6% os municípios que possuem Plano de Cultura, mas que ainda não está instituído por um instrumento legal. Apenas 2,6% dos municípios possuem um Plano de Cultura instituído.

Observa-se que a **maioria dos municípios brasileiros (66%) não possui fundo de cultura estabelecido**. Apenas 34% afirmam ter essa ferramenta de fomento em funcionamento. Essa disparidade pode indicar uma falta de priorização ou de estruturação das políticas culturais nas cidades, afetando a implementação de ações culturais.

Dados de monitoramento de Planos de Cultura e sobre os fundos de cultura podem ser explorados em novas análises para aprofundar a discussão sobre a institucionalização da política cultural.

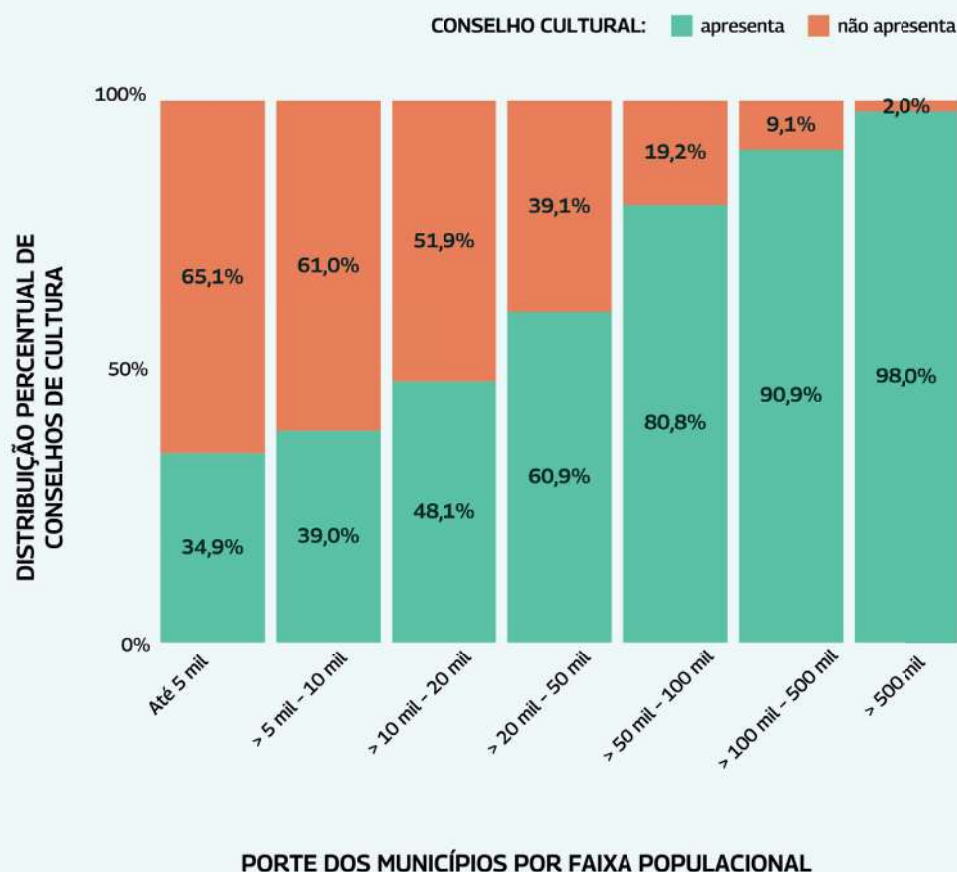


Figura 1.7:

Presença de conselhos municipais de cultura por porte do município, 2021.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Munic de 2021.

- * O gráfico mostra a distribuição percentual de conselhos de cultura por porte dos municípios, classificados em sete faixas populacionais que variam de "até 5.000 habitantes" até "mais de 500.000 habitantes". Cada barra é dividida em duas cores: verde para indicar a presença de conselhos de cultura ("Sim") e laranja para a ausência deles ("Não"). A análise revela que, em municípios menores, a presença de conselhos de cultura é menos comum. Na faixa "até 5.000 habitantes", apenas 34,9% dos municípios possuem conselhos, enquanto 65,1% não possuem. A tendência de ausência se mantém na faixa de "5.001 até 10.000 habitantes", com 61% dos municípios sem conselhos. Na faixa "10.001 até 20.000 habitantes", há um equilíbrio maior, com 51,9% dos municípios sem e 48,1% com conselhos. A partir da faixa "20.001 até 50.000 habitantes" (60,9%), a proporção se inverte, com a maioria dos municípios com presença de conselho. Na faixa "50.001 até 100.000 habitantes", a presença aumenta para 80,8% e na faixa de "100.001 até 500.000 habitantes", 90,9%. Na categoria "mais de 500.000 habitantes", praticamente todos (98%) têm conselhos estabelecidos. O gráfico destaca uma relação entre o porte populacional dos municípios e a presença de conselhos de cultura, indicando que os municípios maiores podem ter maior estrutura e adesão às políticas culturais, enquanto os menores podem apresentar maior dificuldade de implementação desse mecanismo de participação social.

EIXO 02

Fomento à cultura

* Eixo 02:

Fomento à cultura

O eixo de fomento à cultura destaca informações relacionadas à distribuição espacial e temática de propostas fomentadas, apresentando um panorama do financiamento da oferta de bens e serviços culturais, por meio do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e do “mecenato” por renúncias fiscais (descontos ou isenções de impostos) reguladas por leis de incentivos à cultura, ambos previstos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Esses mecanismos viabilizam a oferta de bens e serviços culturais em todo o território nacional, contribuindo para a descentralização dos recursos e incentivando a produção cultural em diferentes regiões e segmentos.

Metodologia:

Os dados referentes aos financiamentos via mecanismo de mecenato foram obtidos por meio da API do Portal de Visualizações do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (VerSalic). Foram obtidos os projetos apresentados no período de 2013 a 2023 e os valores captados, por estes projetos, no período de 2013 a julho de 2024. Os dados relativos aos repasses do Fundo Nacional de Cultura (FNC) foram obtidos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Semelhante ao mecanismo de mecenato, os dados foram obtidos para o período de 2013 a 2023.

* Mecanismos de mecenato

Entre 2013 e 2023, o número de projetos apresentados e financiados via mecenato diminuiu, especialmente em 2021 e 2022, mas voltou a crescer em 2023. Esse aumento pode indicar um maior acesso a esse mecanismo no último ano. Analisar a quantidade de projetos apresentados e a capacidade de captar recursos mostra a viabilidade do mecanismo em apoiar a produção cultural.

Esse mecanismo apresenta características regionais de atuação, tanto no número de projetos por região quanto em valores captados. A região Sudeste, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, concentra o maior número de projetos e de recursos captados em todos os anos.

No entanto, a evolução **entre 2013 e 2023 sinaliza um aumento no número de projetos propostos fora do eixo Rio-São Paulo e um leve aumento nos valores captados por estados das regiões Sul e Nordeste**. Em 2023, mesmo com o aumento observado em alguns estados do Nordeste, como Bahia e Ceará, e uma melhor distribuição dos valores captados por estados do Sul, ainda é evidente a existência de uma desigualdade regional. Estados das regiões Norte e Centro-Oeste continuam captando valores muito baixos em comparação aos do Sudeste.

Embora a análise aqui empreendida não tenha como objetivo atribuir fatores associados à concentração de recursos, a análise da distribuição regional permite compreender não apenas a desigualdade no acesso ao financiamento cultural, mas também a importância da adoção de medidas que promovam maior equidade entre as regiões, assegurando que a diversidade cultural seja fomentada de forma inclusiva.

Outro aspecto relevante é identificar os tipos de projetos em relação ao seu segmento cultural e capacidade de atrair – captar – recursos. Saber se certos segmentos têm mais facilidade em atrair financiadores pode ajudar a entender a tendência de fomento e contribuir na identificação de áreas culturais sub financiadas. Avaliar a diversidade temática dos projetos aprovados e finan-

ciados também é relevante porque ajuda a verificar se o mecanismo de mecenato está efetivamente promovendo a pluralidade cultural. **A diversidade temática sinaliza que diferentes formas de expressão artísticas e culturais estão sendo preservadas e fomentadas.**

Quanto às áreas dos projetos, Artes Cênicas, Música e Humanidades representam, todos os anos, pelo menos 60% dos projetos propostos. Áreas como Museus e Memória e Patrimônio Cultural, que representam importantes pilares na preservação da cultura e história, somam uma proporção muito menor de projetos propostos, menos de 5%.

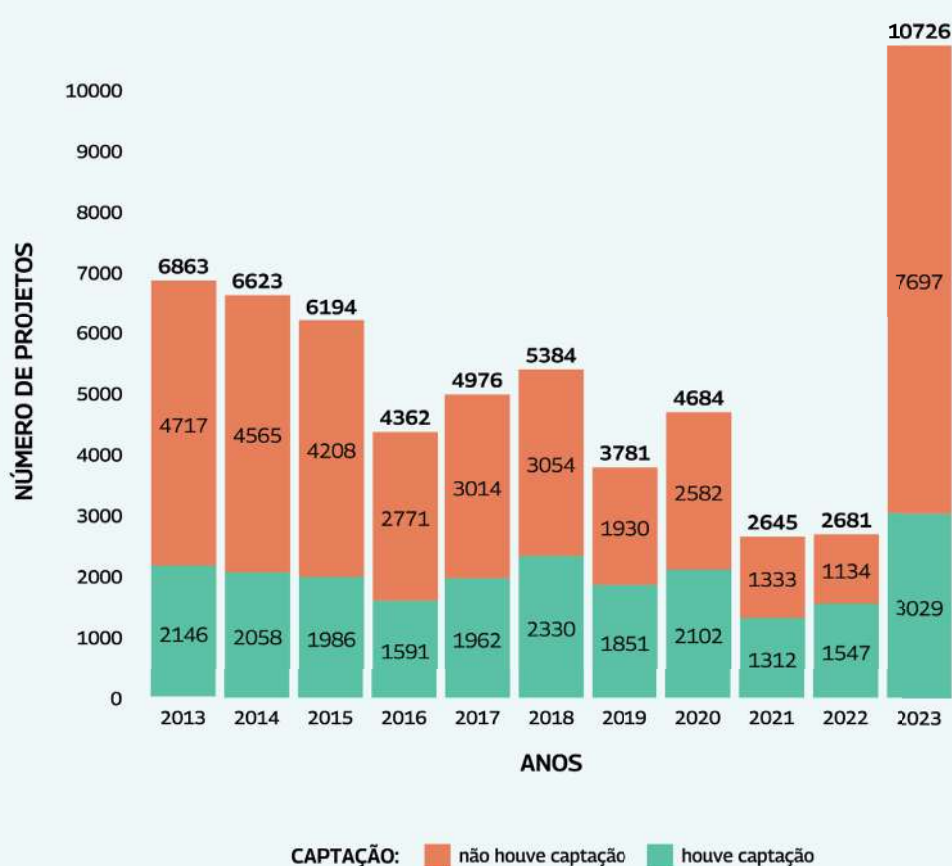
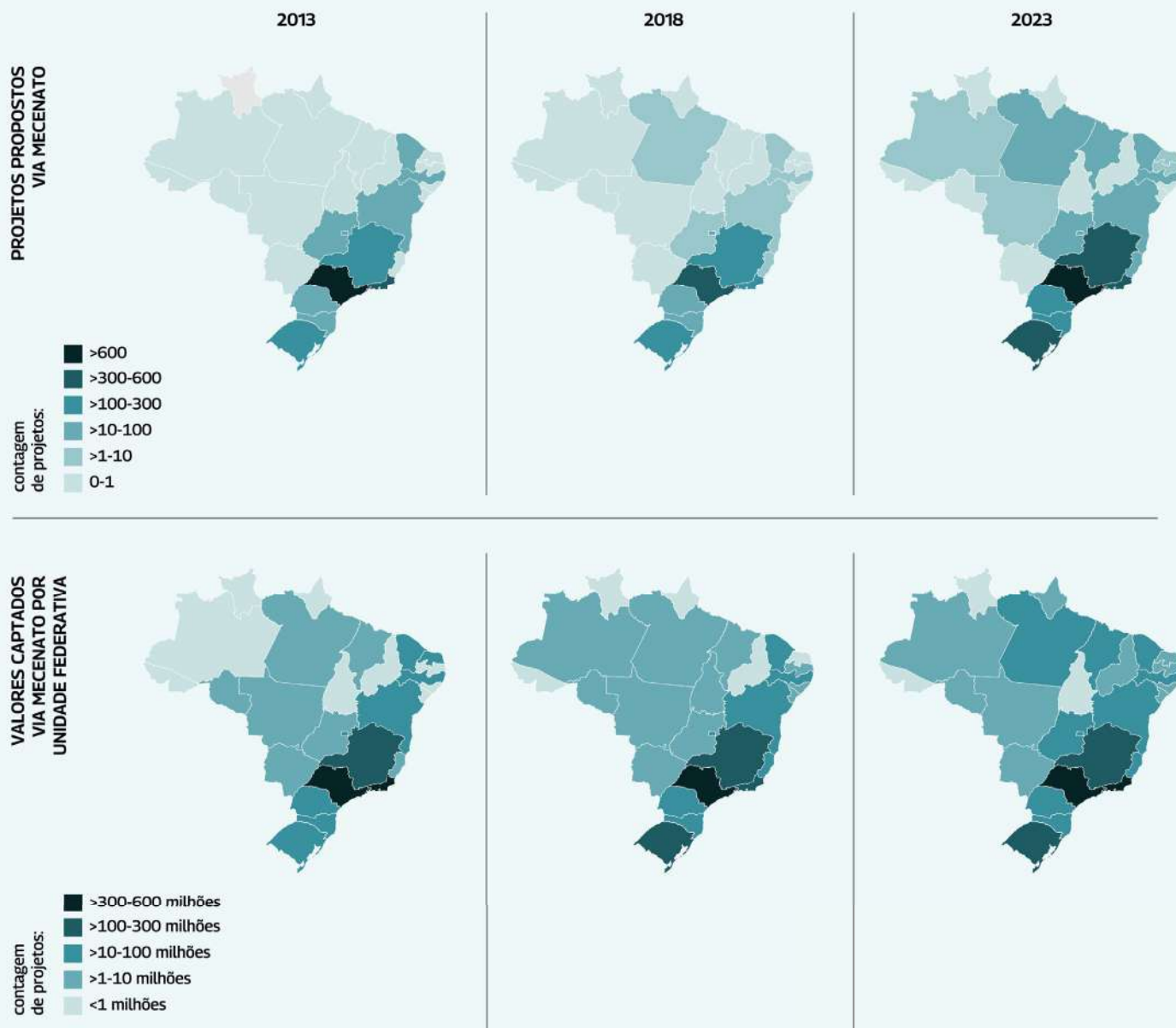


Figura 2.1:

Projetos propostos via mecanismo de mecenato. Brasil, 2013 a julho de 2024.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Versallic de 2013 a 2024.

* A figura apresenta o número de projetos que se inscreveram para captação de recursos via mecanismo de mecenato no período de 2013 a 2023. Cada ano é segmentado em dois grupos, representando os projetos que captaram recursos (em verde) e os que não captaram (em laranja). Em relação ao número total de projetos propostos via mecenato (Figura 2.1) observa-se uma gradual redução nos anos iniciais da série (2013, 2014 e 2015), seguido por um declínio mais expressivo em 2016. Nos anos seguintes, embora não seja observado um retorno aos níveis pré-2016, há oscilações em relação ao quantitativo de projetos apresentados e, embora os anos de 2021 e 2022 representem a mínima histórica da série, o ano de 2023 apresentou um aumento expressivo do número de projetos, considerando tanto o total de projetos apresentados como, dentro deste grupo, aqueles que obtiveram captação de recursos até a data considerada.



* Os três mapas da porção superior da figura apresentam a quantidade de projetos por estado que se inscreveram para captação de recursos via mecanismo de mecenato, para os anos de 2013, 2018 e 2023, respectivamente, por meio da escala de cores. As tonalidades variam do verde claro ao verde escuro, indicando faixas que vão de 0 a 10 projetos (verde claro) até 600 ou mais (verde escuro). A evolução entre 2013 e 2023 sinaliza um aumento no número de projetos propostos fora do eixo Rio-São Paulo. Em 2023, percebe-se uma evolução mais evidente em alguns estados das regiões Sul e Nordeste. O Paraná, por exemplo, apresentou um aumento significativo na quantidade de projetos propostos, e estados como Bahia, Pernambuco e Ceará começaram a se destacar mais na apresentação de propostas. Na região Norte, destaca-se o incremento de projetos apresentados pelo estado do Pará. O eixo temporal nos permite comparar a evolução de cada estado ao longo dos três períodos e facilita a visualização de diferenças regionais na apresentação de projetos, evidenciando uma maior concentração no eixo Sudeste ao longo do tempo, enquanto outras regiões, como o Norte e parte do Nordeste, apresentam números mais baixos e uma evolução mais lenta. Seguindo a mesma lógica, os três mapas da porção inferior da imagem apresentam a distribuição dos valores captados via mecanismo de mecenato, por estado, para os anos de 2013, 2018 e 2023. Aqui, os valores são apresentados em milhões de reais (R\$/milhões), com uma escala que varia de verde claro para os estados que captaram até 1 milhão de reais ao verde escuro, representando estados que captaram 600 milhões ou mais. Os mapas permitem observar a evolução regional dos valores captados ao longo dos três anos considerados e evidencia a predominância do Sudeste, em especial dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, como as regiões com maior volume de recursos captados. As regiões Norte e parte do Nordeste, por outro lado, mantêm uma baixa captação de recursos ao longo do período. Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, passam a captar entre R\$100 e R\$300 milhões em 2023, uma melhora em relação ao cenário de 2013.

Figura 2.2:
Distribuição dos projetos propostos via mecenato por estado. Brasil, 2013, 2018 e 2023.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da VerSalic.

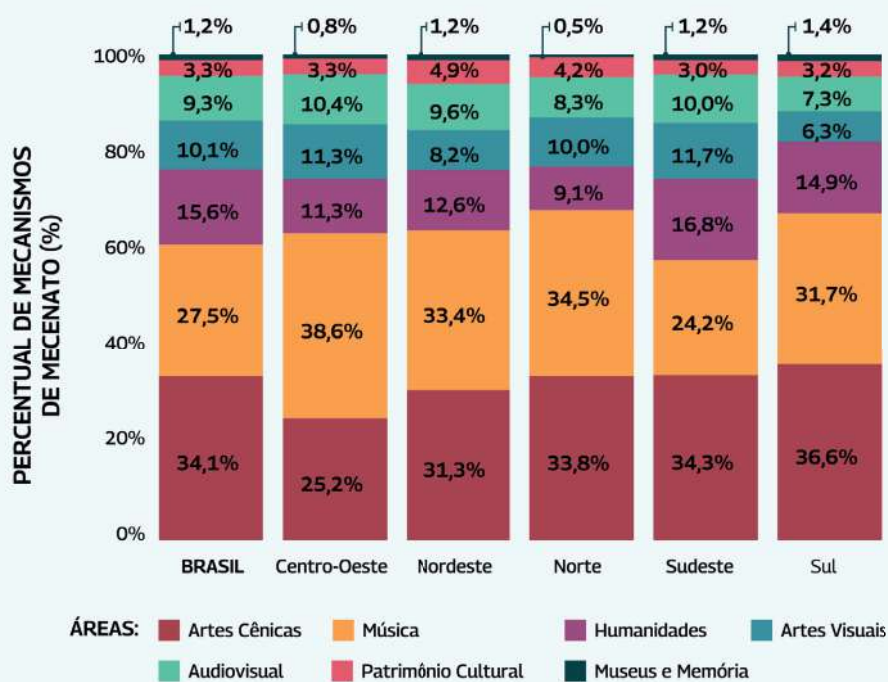


Figura 2.3:

Total de projetos propostos via mecanismo de fomento por área e região (acumulado e percentuais dos projetos apresentados no período 2013 - 2023).

Fonte: elaboração própria com base nos dados da VerSalic..

* A figura 2.3 apresenta a distribuição temática dos projetos propostos via mecanismo de fomento por região, acumulados entre os anos de 2013 e 2023. Música é a área mais importante em duas regiões, Centro-Oeste e Nordeste, com porções similares às artes cênicas na região Norte. As artes cênicas se destacam enquanto setor no Sudeste e Sul. A região Sudeste concentra o maior número de projetos em todas as áreas, enquanto o Norte e Centro-Oeste apresentam a menor quantidade de projetos em segmentos como Audiovisual e Artes Visuais.

* Fundo Nacional de Cultura (FNC)

O Fundo Nacional de Cultura é outro importante mecanismo de fomento e financiamento de projetos culturais no país, por meio de editais ou outras formas de seleção de projetos. Assim que os projetos são aprovados, os valores são reservados (empenho) para pagamento posterior à execução do serviço ou bem contratado (liquidação). Para a análise dos valores disponibilizados via FNC, os projetos foram categorizados conforme a abrangência das atividades previstas.

Os projetos de alcance nacional representam mais de 90% dos valores empenhados em todos os anos (na ordem dos 500 ~ 600 milhões de reais até 2018), seguido por uma queda e uma recuperação expressiva em 2023. **A região Sudeste se destaca no empenho de recursos para projetos regionais via FNC**, enquanto as demais regiões variam de posição ao longo dos anos. Como os projetos de abrangência nacional também beneficiam determinadas regiões, mesmo que tenham uma abrangência geográfica mais ampla, analisar de forma isolada a distribuição regional dos recursos pode levar a interpretações imprecisas sobre a concentração regional. Para uma compreensão mais ampla, é necessário considerar, também, o impacto dos recursos destinados a projetos no âmbito nacional em diferentes áreas do país.

Além da destinação de recursos, a capacidade de execução e pagamento dos projetos também é fundamental para a oferta dos serviços culturais. A análise dos dados de execução orçamentária do FNC revelou avanços importantes na destinação e liquidação de projetos nacionais e regionais nos anos de 2013 e 2023. Entre 2013 e 2023, a execução dos projetos de alcance nacional subiu de 10,4% para 90%. Praticamente nenhuma das regiões conseguiu empregar os recursos destinados em 2013, mas apresentaram melhora no ano de 2023. Enquanto a proporção de recursos liquidados nas regiões Centro-Oeste e Sudeste foi de 47% e 44%, respectivamente, o Nordeste apresentou uma execução de apenas 19,6% e a região Norte não teve recursos liquidados no período. A região Sul também apresentou um baixo nível de execução, com apenas 5,8% dos recursos empenhados sendo efetivamente liquidados em 2023. Novas investigações sobre a distribuição de recursos e projetos por região podem apontar caminhos para uma distribuição mais equitativa.

Para ampliar o acesso a essa forma de financiamento e promover distribuição mais equitativa dos recursos do Fundo, investigações qualitativas sobre as capacidades de execução das regiões podem descrever os desafios enfrentados pelos Estados e Municípios.

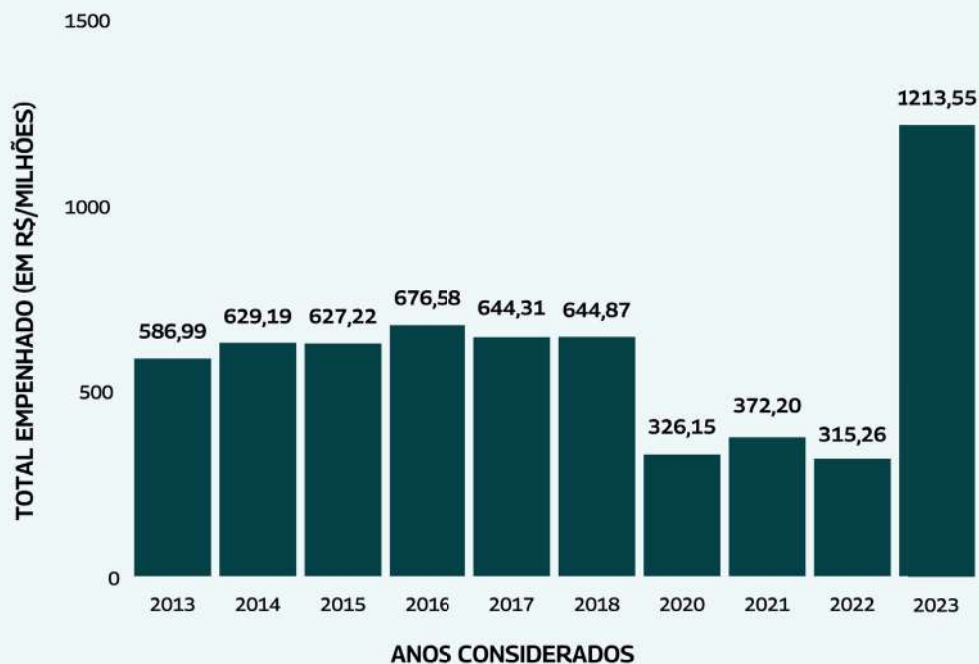


Figura 2.4a:

Total empenhado via FNC em projetos de âmbito nacional. Brasil, 2013 a 2023.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do SIOP.

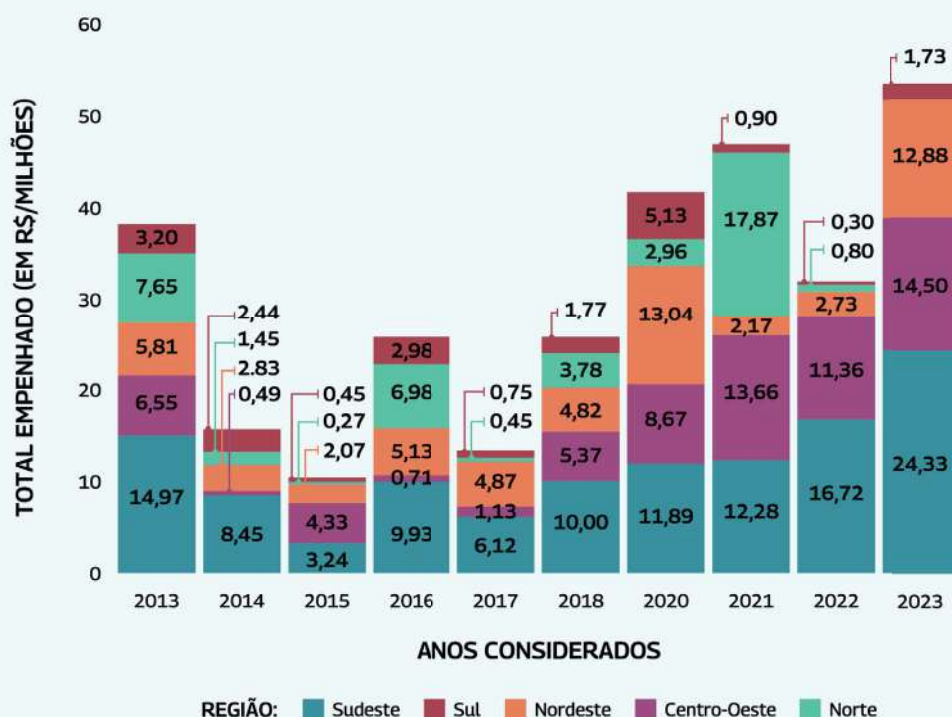


Figura 2.4b:

Total empenhado via FNC em projetos de âmbito regional. Regiões do Brasil, 2013 a 2023.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do SIOP.

- * As figuras apresentam o total empenhado via Fundo Nacional de Cultura (FNC), no âmbito nacional (Figura 2.4a) e regional (Figura 2.4b), para o período de 2013 a 2023. Em ambos os casos, o eixo vertical indica o total empenhado, em milhões de reais, permitindo a visualização da variação desse montante ao longo dos anos. É importante reforçar que os valores das figuras 2.4a e 2.4b são distintos. Além das cinco regiões do país, existe a categoria Nacional, que refere-se a projetos com impacto nacional e que, conforme observado, concentram valores significativamente maiores que os destinados a regiões específicas. Por isso, os grupos foram separados para facilitar a visualização da informação. É possível observar que os valores destinados a projetos de impacto nacional (Figura 2.4a) se mantiveram relativamente estáveis entre 2013 e 2018, com uma queda nos três anos seguintes, seguido por um valor recorde, dentro do período considerado, no ano de 2023.

EIXO 03

Patrimônio e memória

* Eixo 03

Patrimônio e memória

*As questões relativas a **Patrimônio e Memória** estão diretamente ligadas à preservação, valorização e promoção da identidade cultural do país e de suas regiões. O patrimônio cultural inclui tanto objetos e construções (bens materiais) quanto costumes e tradições (bens imateriais). Proteger esses elementos ajuda a fortalecer a identidade cultural, promove turismo, apoia a economia local e reforça o senso de pertencimento e união nas comunidades.*

Conhecer a natureza do **patrimônio material** pode orientar a proteção e promoção de ações culturais relacionadas aos bens tangíveis. Os **bens arqueológicos e imóveis** são os mais numerosos entre os bens materiais na coleção nacional, e o mesmo pode ser observado entre as regiões. O Nordeste destaca-se como maior detentor desses bens entre as regiões do país, seguido pelo Sudeste.

Os livros de registro de patrimônio imaterial concentram as manifestações culturais e artísticas nacionais reconhecidas. Por se tratar de aspecto cultural e intangível, pode apresentar-se em mais de uma região do país. Os livros de “formas de expressão” e “celebrações” são aqueles com mais registros na coleção nacional, com 21 e 14 manifestações, respectivamente. Semelhante ao que ocorre com os bens que compõem o patrimônio material, a região Nordeste se destaca como a maior detentora de **patrimônio imaterial**, com forte representação nos registros do Livro das Celebrações e do Livro das Formas de Expressão.

Metodologia:

Os dados relativos aos bens que compõem o patrimônio material foram extraídos do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) e o patrimônio imaterial, foram extraídos no portal de Bens Culturais Imateriais Registrados referentes a Julho de 2024.*

*Registros incompletos foram excluídos da análise.



* *Livro das Celebrações*

Reúne os rituais e festas que marcam a vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social. Celebrações são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc.



* *Livro das Formas de Expressão*

Criado para registrar as manifestações artísticas em geral. Formas de Expressão são formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade.



* *Livro dos Lugares*

Aqui, são inscritos os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou reproduzem práticas culturais coletivas. Os Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais.



* *Livro dos Saberes*

Criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Os Saberes são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade.

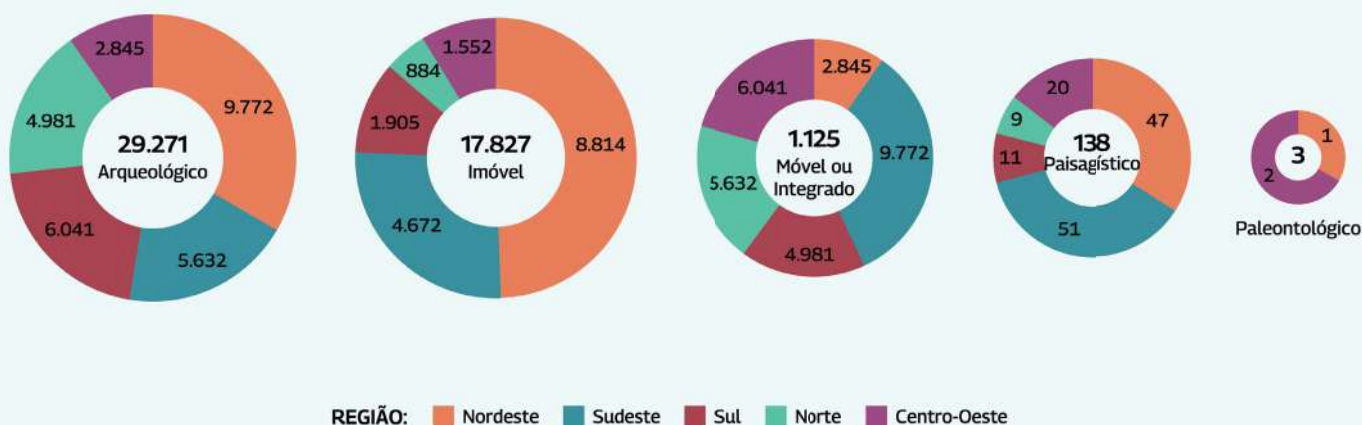


Figura 3.1:

Classificação do patrimônio material quanto à natureza e distribuição geográfica. Brasil e regiões, 2024.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Iphan/2024.

* A figura apresenta a classificação do patrimônio material de acordo com a natureza do bem e sua distribuição por regiões, permitindo visualizar a variação na quantidade de cada tipo de patrimônio, dada sua natureza, em diferentes partes do país. A figura destaca a prevalência dos bens arqueológicos e imóveis como representantes de parcela substancial do total. Em termos de sua distribuição regional, destaca-se a região Nordeste como a maior detentora de bens classificados como patrimônio material, em especial os de natureza arqueológica e imóvel.

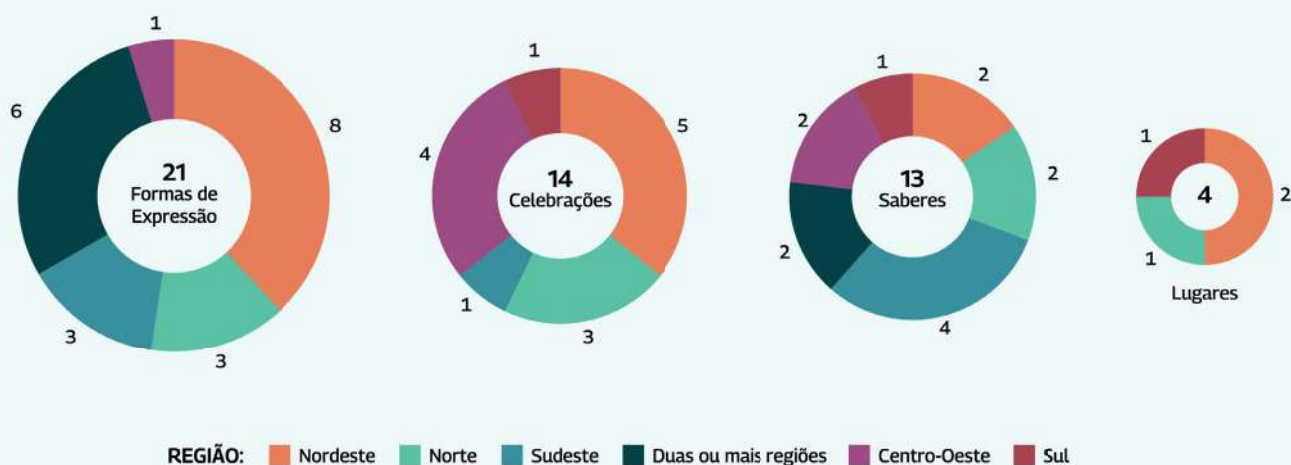


Figura 3.2:

Classificação do patrimônio imaterial quanto ao livro de registro e distribuição geográfica. Brasil e regiões, 2024.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Iphan/2024.

* A figura mostra a classificação do patrimônio imaterial de acordo com as regiões do país e os livros de registro nos quais os bens estão classificados. Cada barra, segmentada por cores, representa o número total de registros em uma determinada região, distribuídos entre os diferentes livros, permitindo comparações regionais e a análise dos tipos de patrimônio imaterial predominantes em cada região. A categoria duas ou mais regiões compreende os bens que são compartilhados entre regiões. O Nordeste apresenta o maior número de registros em livros de patrimônio imaterial, com destaque para o livro das celebrações (5), livros de formas de expressão (8) e livro de lugares (2). O Sudeste concentra o maior número de registros no livro de saberes (4).

EIXO **04**
Formação

* Eixo 04

Formação

A formação em cultura compreende o ensino da disciplina com a oferta de recursos pedagógicos, educação de relações étnico-culturais e presença de profissionais capacitados. Há uma grande disparidade na infraestrutura e materiais socioculturais e pedagógicos disponíveis para o ensino de artes nas escolas do ensino básico brasileiro, especialmente evidenciada pela divisão entre escolas públicas e privadas.

Metodologia:

Dados sobre inserção da cultura e artes no ensino formal extraídos do Censo da Educação Básica de 2015, 2019, 2020 e 2023 (INEP e Base dos Dados).

A disponibilidade de materiais socioculturais e pedagógicos para o ensino de Artes pode promover a assimilação de conteúdos, o desenvolvimento de habilidades motoras, sociais e artísticas, entre outros. Entre os anos de 2019 e 2023, foi possível identificar uma **melhora na oferta de materiais pedagógicos para o ensino de artes em 2023** nas escolas públicas e privadas, mas ainda concentrado no eixo centro-sul do país. Para as escolas particulares, quase todos os estados apresentaram melhoria significativa na disponibilidade dos materiais.

A inclusão de materiais pedagógicos para a promoção de educação de relações étnico-culturais visa a reflexão coletiva sobre essas relações, facilitando a abordagem de temas como racismo, preconceito e discriminação. Em 2019, a maioria dos estados não tinha mais de 10% de escolas com esse tipo de material disponível, tanto em particulares quanto públicas, com exceção do estado do Paraná. O ano de **2023** apresenta uma melhora nesse cenário, com **mais estados avançando na disponibilização de recursos pedagógicos para educação étnico-racial**, mas ainda em percentual reduzido.

Profissionais capacitados e dedicados ao ensino das Artes podem promover a valorização da disciplina no ambiente escolar e aprimorar a qualidade do ensino das disciplinas relacionadas, como teatro, dança e outras. Analisando os anos de 2015 e 2020, vê-se que **há uma maior presença de professores de disciplinas relacionadas a arte em escolas públicas**. O eixo norte-nordeste destaca-se entre as regiões nos dois anos e a disponibilidade desse profissional nas escolas privadas ainda é restrita para alguns estados do sudeste e sul. Quanto à escolaridade dos profissionais, em ambos os anos, **a maior parte dos professores de artes do ensino básico possui ao menos Ensino Superior completo**. Cabe destacar que Nordeste e Norte reduziram o percentual de profissionais com ensino médio completo entre os anos da análise.

Para melhor compreendermos como os estabelecimentos de ensino têm implementado atividades de artes e de educação étnico-racial, análises qualitativas podem fornecer insumos importantes.

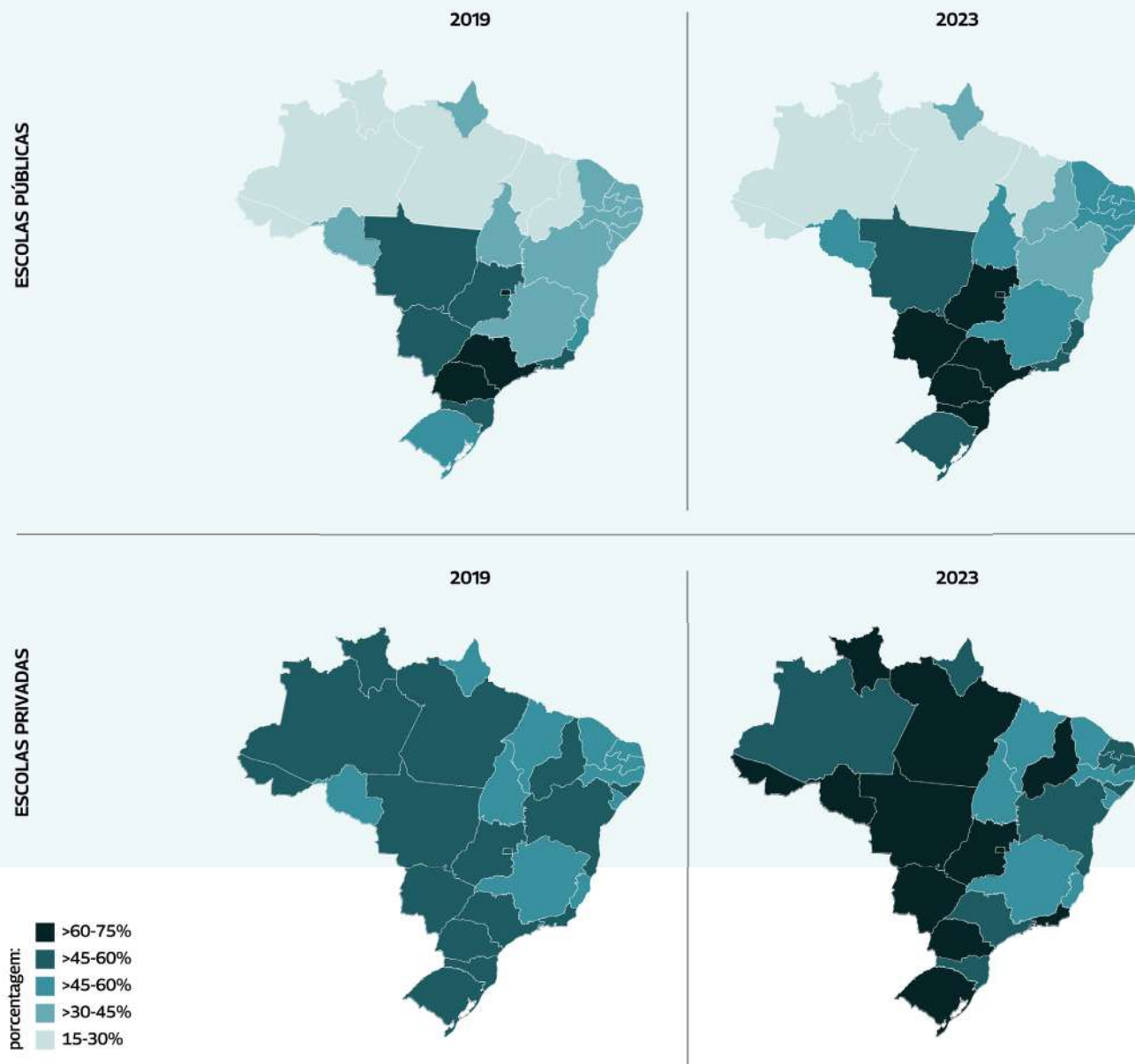


Figura 4.1:

Proporção de escolas com materiais socioculturais e pedagógicos para ensino básico em artes por estado. Brasil, 2019 e 2023.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Escolar da Educação Básica/INEP (2019 e 2023).

- * Mapas com a porcentagem estadual de escolas que possuem material sociocultural e pedagógico (acervo multimídia, equipamento para amplificação e difusão de som/áudio, instrumentos musicais para conjunto, ou banda e/ou aulas de música, ou materiais para atividades culturais e artísticas) para ensino básico em artes nos anos de 2019 (Figura 4.1a) e 2023 (Figura 4.1b). À esquerda, apresenta-se a porcentagem estadual de escolas públicas com esses equipamentos, e à direita, a informação equivalente para escolas privadas. Os mapas utilizam escala que varia entre 15% e 30% (verde mais claro) e 75% a 90% (verde mais escuro). Em 2019, havia uma discrepância sobre a oferta desses materiais entre escolas públicas e privadas. Menos do que 45% das escolas públicas do Norte e do Nordeste ofereciam esses materiais para a disciplina de artes. Por outro lado, entre 60 e 75% das escolas particulares disponibilizam esses materiais em mais de 15 estados do país. Em 2023, alguns estados do Norte e do Nordeste passaram a ter entre 45 e 60% das escolas públicas ofertando esses materiais, e três novos estados (Goiânia, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina) aumentaram essa abrangência para 75 a 90%. Porém, a divergência entre as instituições públicas e privadas permanece a mesma, uma vez que boa parte dos estados que já tinha uma quantidade expressiva de escolas privadas ofertando os materiais, entre 60 e 75%, passou a ter ainda mais escolas, passando de 75 a 90%.

2019



2023



2019



2023



porcentagem:

- >30-40%
- >20-30%
- >10-20%
- 0-10%

Figura 4.2:

Proporção de escolas com materiais pedagógicos para educação em relações étnico-raciais por estado. Brasil, 2019 e 2023.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Escolar da Educação Básica/INEP (2019 e 2023).

- * Mapas com a porcentagem estadual de escolas que possuem materiais pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais para os anos de 2019 (Figura 4.2a) e 2023 (Figura 4.2b). À esquerda, apresenta-se a porcentagem estadual de escolas públicas com esses materiais, e à direita, a informação equivalente para escolas privadas. Os mapas utilizam escala que varia entre 0% e 10% (verde mais claro) e 30% a 40% (verde mais escuro).
- * Em 2019, a maioria dos estados tinha, no máximo, 10% das escolas com materiais pedagógicos para ensinar sobre as relações étnico-raciais, tanto nas escolas públicas (18 estados) quanto nas privadas (19 estados). Nas escolas públicas, os estados do Centro-Oeste, Sudeste e Sul, em geral, tinham entre 10% e 20% das escolas com esses materiais. Apenas Mato Grosso do Sul e Minas Gerais tinham menos de 10%, e o Paraná estava um pouco acima, com 27,9%. Já nas escolas privadas, a Bahia (10,1%) foi o único estado do Norte e Nordeste com mais de 10% das escolas com esses materiais. Assim como nas públicas, o Paraná (23,2%) teve a maior proporção entre as privadas. Nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina, havia menos escolas privadas com esses materiais em comparação com as públicas.
- * Em 2023, a porcentagem de escolas públicas com materiais nos estados do Norte e Nordeste permaneceu em até 10%, exceto em Rondônia (15,6%). No entanto, no Sudeste e no Sul houve aumento para a faixa posterior à de 2019 em todos os estados. Nas escolas privadas, observa-se um cenário melhor no Norte e no Nordeste em 2023. No Norte, somente Tocantins (8,4%) está na menor faixa e, no Nordeste, somente o Ceará (9,1%). Nos estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, os únicos estados que não tiveram aumento na porcentagem a ponto de mudar de faixa foram Mato Grosso do Sul e Paraná. O Rio Grande do Sul (31,9%) se destaca, pois é o único estado com mais de 30% de escolas privadas com esses materiais em 2023, o que indica aumento de mais de 10 pontos percentuais em relação a 2019.

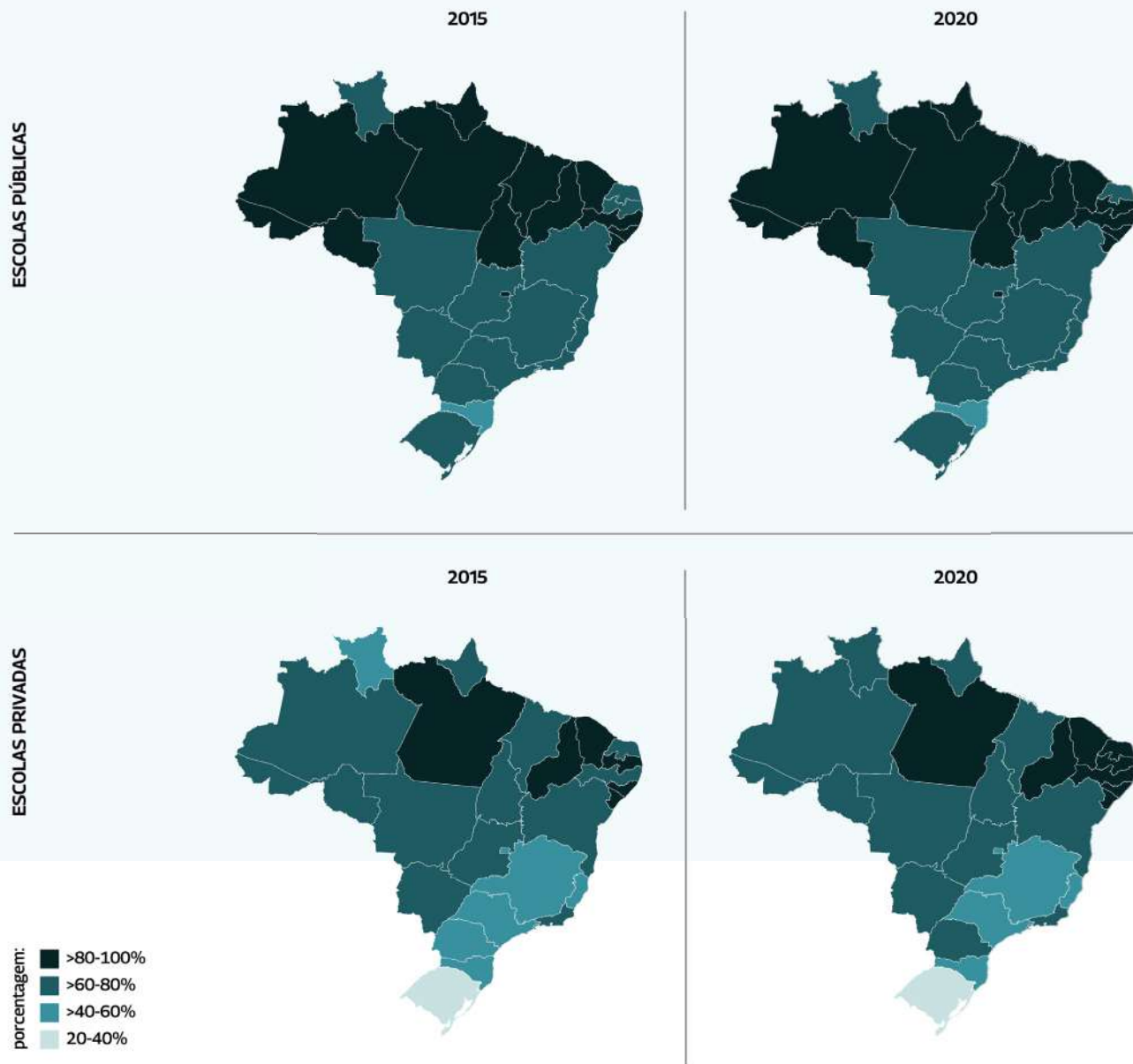
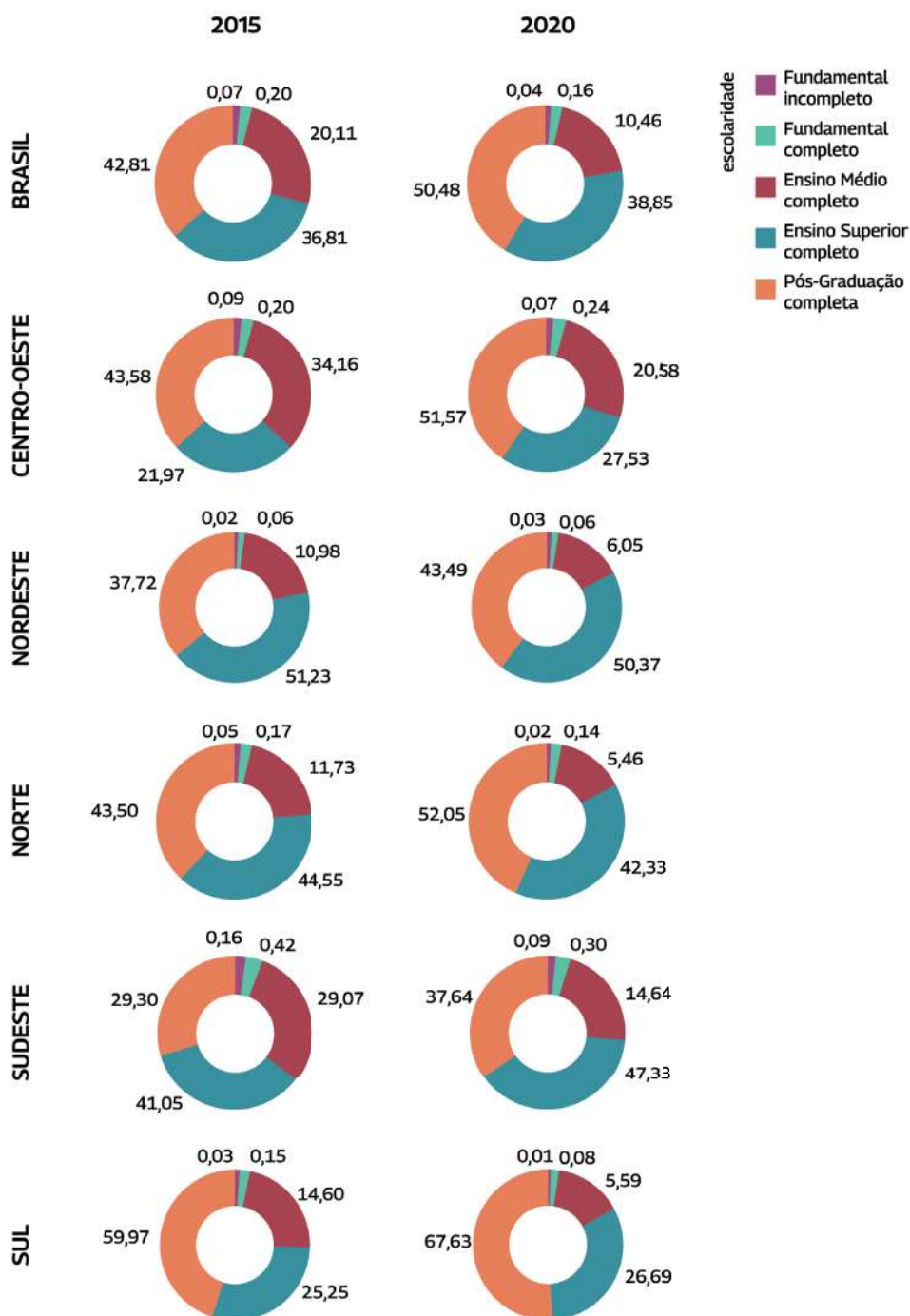


Figura 4.3:

Proporção de escolas com professor dedicado ao ensino básico em artes por estado. Brasil, 2019 e 2023.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Escolar da Educação Básica/Base dos Dados (2015 e 2020).

- * Mapas com a porcentagem estadual de escolas que possuem pelo menos um professor dedicado a lecionar alguma disciplina relacionada à arte (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras) para os anos de 2015 (Figura 4.3a) e 2020 (Figura 4.3b). À esquerda, apresenta a porcentagem estadual de escolas públicas que possuem professor dedicado à disciplina de artes, e à direita, a informação equivalente para escolas privadas. Os mapas utilizam escala que varia entre 20% e 40% (verde mais claro) e 80% a 100% (verde mais escuro). Em 2015, quase que a totalidade dos estados do Norte e boa parte dos estados nordestinos possuía mais de 80% das escolas públicas com pelo menos um professor dessa disciplina. Por outro lado, apenas cinco estados possuíam uma porcentagem equivalente considerando escolas privadas. Havia apenas um estado (RS) com menos de 40% das escolas privadas com professor dedicado ao ensino de artes, e sete outros estados com menos do que 60%. Em 2020, a situação apresenta melhora, sobretudo para instituições privadas. É possível ver que alguns estados do Nordeste aumentaram para a faixa de 80 a 100% em escolas privadas e os estados de Roraima e Paraná que migraram da faixa de 40 a 60% para a de 60 a 80% de escolas privadas com professor de artes dedicado.



* Distribuição da escolaridade dos professores de arte de cada região brasileira para os anos de 2015 e 2020. Os dados foram classificados nos níveis de Fundamental incompleto, Fundamental completo, Ensino Médio completo, Ensino Superior completo e Pós-Graduação completa. Como "Pós-Graduação completa", considera-se a conclusão de algum curso de Especialização, Mestrado ou Doutorado. O eixo vertical apresenta o percentual de professores, segmentados em barras coloridas para cada nível de escolaridade, e o eixo horizontal aponta a distribuição regional. Em 2015, nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, mais de 80% dos professores possuíam, pelo menos, o Ensino Superior completo. Na região Sul, aproximadamente 60% dos docentes possuíam curso de Pós-Graduação completo e, em torno de 40%, nas demais regiões. O percentual de professores com ensino médio girava entre 30% e 35% nas regiões Norte e Nordeste. Em 2023, a maioria dos professores possui superior completo, nacionalmente. Os níveis de qualificação também melhoraram bastante nas regiões Norte e Nordeste, com um aumento na proporção de professores com Ensino Superior e Pós-Graduação. A região Nordeste ainda possui cerca de 20% do seu corpo docente em artes com Ensino Médio completo.

Figura 4.4:

Percentual de professores de artes por categoria de grau de escolaridade do Censo Escolar. Brasil, 2015 e 2020.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Escolar da Educação Básica/Base dos Dados (2015 e 2020).

EIXO 05

Infraestrutura,
equipamentos e
espaços culturais

✱ Eixo 05

Infraestrutura, equipamentos e espaços culturais

O Eixo 5, que trata de infraestrutura, equipamentos e espaços culturais, destaca a distribuição desigual de equipamentos culturais nos municípios brasileiros. A análise, baseada na pesquisa Munic do IBGE e complementada por dados sobre hábitos culturais, evidencia tanto a concentração quanto os vazios em termos de infraestrutura cultural pelo país. Os equipamentos mais comuns são estádios ou ginásios poliesportivos (95%) e bibliotecas públicas (88%), enquanto espaços dedicados a outras expressões culturais, como teatros (23%), galerias de arte (6%) e circos fixos (1%), são mais escassos. Essa distribuição desigual pode ser influenciada por fatores econômicos, sociais e políticas locais, resultando em uma concentração maior de infraestrutura cultural nas regiões Sul e Sudeste, enquanto o Norte e Nordeste apresentam lacunas significativas.

Os dados analisados ilustram essas disparidades, com destaques para a baixa presença de museus (29%), teatros (23%) e centros culturais (40%) nos municípios, além de um índice de diversidade cultural que mostra a variação na presença de diferentes tipos de equipamentos. Estados como Roraima, Tocantins e Maranhão possuem altos percentuais de municípios sem nenhum equipamento cultural. Em contraste, estados do Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, apresentam percentuais mais elevados de municípios com uma oferta completa de espaços culturais.

Adotando como critério a presença de quatro tipos de equipamentos culturais em cada estado brasileiro - considerados: **bibliotecas públicas, museus, teatros e centros culturais**, observou-se que **441 municípios não possuem qualquer equipamento cultural**, revelando áreas significativas de vazio cultural; 2.209 municípios possuem apenas um tipo de equipamento cultural; 1.484 têm dois equipamentos, e 837 possuem três tipos de equipamentos. Apenas 599 municípios possuem todos os quatro equipamentos culturais, indicando uma diversidade cultural e infraestrutura mais robusta em termos de acesso à cultura. Estados do Sudeste, com exceção de Minas Gerais, apresentam os maiores percentuais de municípios com todos os equipamentos culturais. Por outro lado, os estados do Norte e Nordeste apresentam percentuais mais baixos. Essa carência significativa de infraestrutura cultural nesses estados sugere desigualdades regionais no acesso a espaços de cultura.

O relacionamento dessa informação com o porte municipal também pode fornecer outras reflexões à gestão local e regional em cultura.

Metodologia:

Os dados analisados nesta seção foram obtidos junto a pesquisa Munic do IBGE do ano 2021 e visam apresentar características sobre a distribuição dos equipamentos culturais no território brasileiro).

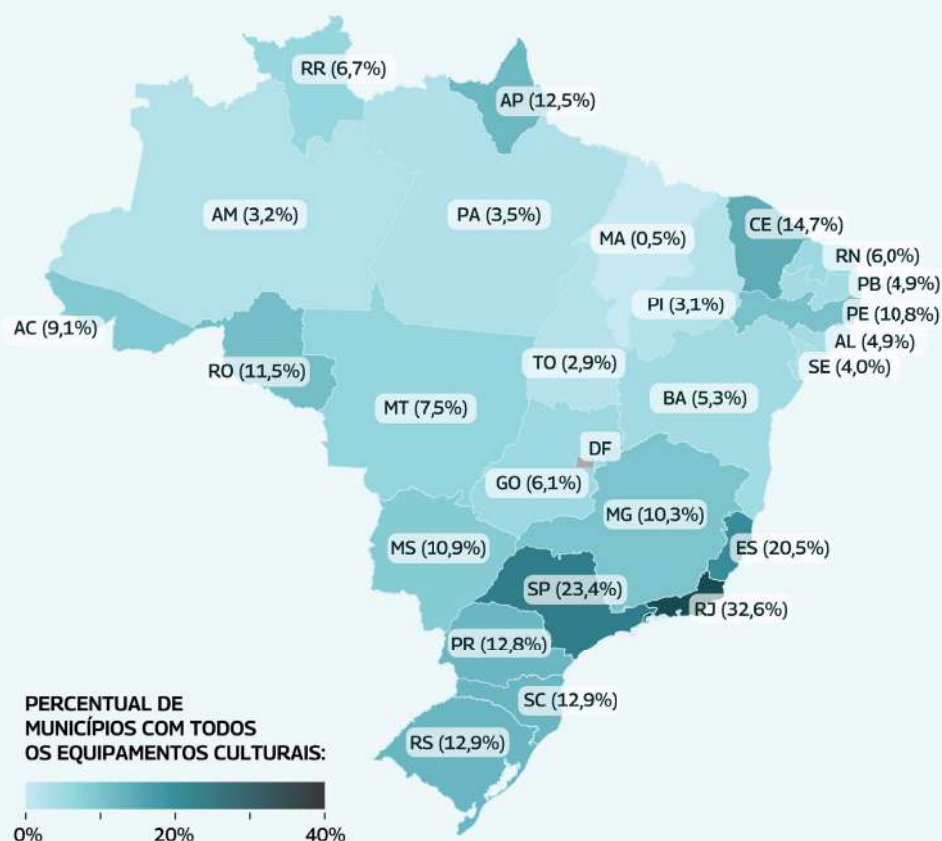


Figura 5.1:

Percentual de municípios que possuem quatro tipos de equipamentos culturais por estado. Brasil, 2021.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Munic de 2021

- * O mapa ilustra a proporção de municípios que possuem todos os quatro tipos de equipamentos culturais em cada estado brasileiro, considerados: bibliotecas públicas, museus, teatros e centros culturais. A intensidade da cor indica a proporção de municípios que têm todos esses equipamentos, sendo que tons mais escuros representam percentuais mais elevados. O mapa utiliza uma escala de cores que vai de 0 a 10% (verde claro - percentual mais baixo) a 30% a 35% (verde escuro - percentual mais alto). A análise dos dados da tabela revela uma disparidade significativa entre os estados. O estado do Rio de Janeiro possui o maior percentual de municípios com todos os equipamentos culturais, alcançando 32,6%, sendo destacado no mapa com um tom de verde mais escuro. São Paulo também se destaca com 23,4% dos seus municípios equipados, seguido pelo Espírito Santo com 20,5%. Esses estados parecem apresentar uma infraestrutura cultural mais consolidada em seus municípios. Outros estados apresentam percentuais moderados, como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o mesmo percentual (12,9%). Por outro lado, estados como Maranhão (0,5%), Piauí (3,1%), e Amazonas (3,2%) têm percentuais mais baixos, indicando uma carência de equipamentos culturais em seus municípios. O mapa fornece uma visão das diferenças regionais na distribuição de infraestrutura cultural, evidenciando que estados do Sudeste e Sul possuem uma melhor estrutura em comparação com estados do Norte e Nordeste, que em sua maioria têm percentuais mais baixos. O Distrito Federal não possui municípios, o que distorce a análise e a comparação com as demais unidades da federação. Assim, apesar de contar com os quatro equipamentos culturais, ele foi excluído da base de dados.

EIXO 06

Economia criativa,
trabalho, emprego, renda e
proteção social

✱ *Eixo 06:*

Economia criativa, trabalho, emprego, renda e proteção social

Os dados apresentados nesta seção consideram as pessoas que trabalharam na semana de referência da PNADc (pessoas ocupadas), divididos em dois grupos: ocupados na cultura¹ e ocupados em outros setores. Além de identificar as características dos ocupados no mercado de trabalho cultural, a análise busca também observar a existência e evolução de fatores relacionados à precarização das relações de trabalho em cultura e, assim, subsidiar propostas que contribuam com a realidade dos trabalhadores da cultura.

Entre 2014 e 2023, a proporção de pessoas em atividades culturais no Brasil se manteve entre 5,5% e 5,8% do total de ocupados. A participação da cultura varia entre as regiões, com alguns estados concentrando mais trabalhadores do setor. No Norte, destaca-se o Amazonas; no Nordeste, o Ceará; e no Sudeste, São Paulo, com o Rio de Janeiro também se sobressaindo.

A remuneração dos profissionais de cultura também varia entre as regiões. Em geral, eles ganham menos que outros trabalhadores, exceto no Sudeste, onde, em 2023, o salário médio foi mais de R\$600 maior que o dos demais setores. O Sudeste concentra mais da metade dos trabalhadores da cultura no país, o que impacta essa média. No entanto, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o salário médio desses profissionais diminuiu entre 2014 e 2023.

Outra característica observada foi o acúmulo de posições de trabalho pelos trabalhadores da cultura. Em 2023, mais trabalhadores da cultura acumulavam mais de um emprego (4,1%) em comparação com outros setores (3,2%). Em 2014, a situação era inversa, com apenas 2,5% dos trabalhadores da cultura tendo mais de um trabalho. Além disso, a proporção de pessoas em situação de informalidade² na cultura também supera a proporção encontrada entre outros ocupados em todos os anos, exceto em 2014. A maior proporção de informalidade na cultura ocorreu em 2017 (44,7%) e voltou a crescer a partir de 2021, alcançando 44,4% em 2023. Nos demais setores, a proporção de informais atinge seu maior valor do período em 2019 (41,3%) e, em oposição ao que ocorreu na cultura, em 2023 (40,5%) teve informalidade menor que a do ano anterior (40,8%).

Ainda, há uma maior participação de profissionais autônomos e microempreendedores individuais entre os profissionais da cultura. **A proporção de “pejotização” encontrada na cultura é pelo menos duas vezes maior que a encontrada entre outros ocupados**, e o

Metodologia:

Os dados analisados nesta seção foram obtidos junto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) de 2014 a 2023 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e recomendações do Sistema de Indicadores e Informações Culturais do mesmo órgão.

1 A classificação de trabalhadores culturais segue as ocupações e atividades econômicas dispostas na sexta edição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais do IBGE.

2 Trabalho informal: metodologia para cálculo com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a partir da combinação de características do trabalho, adotada pela publicação Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023).

crescimento entre 2014 e 2023 foi mais acentuado que a média, com o primeiro destaque em 2016 e pico em 2021.

Para fortalecer o mercado de trabalho em cultura, análises por áreas podem apontar especificidades em mercados como os musicais, das artes cênicas e visuais, além de recortes de gênero, idade e de cor/raça.

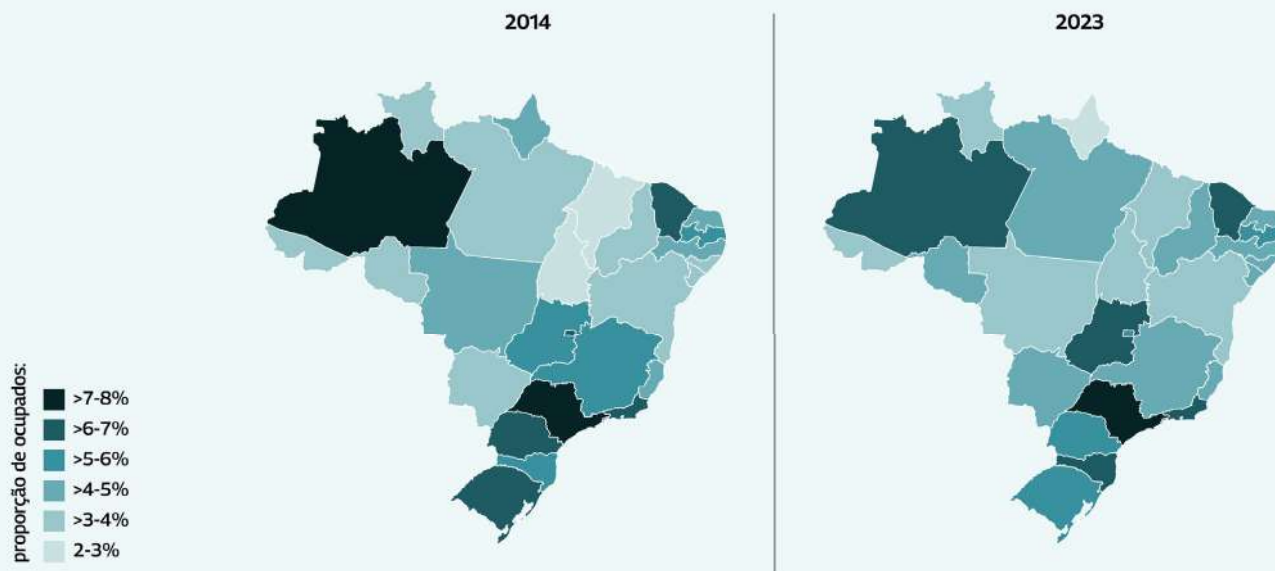
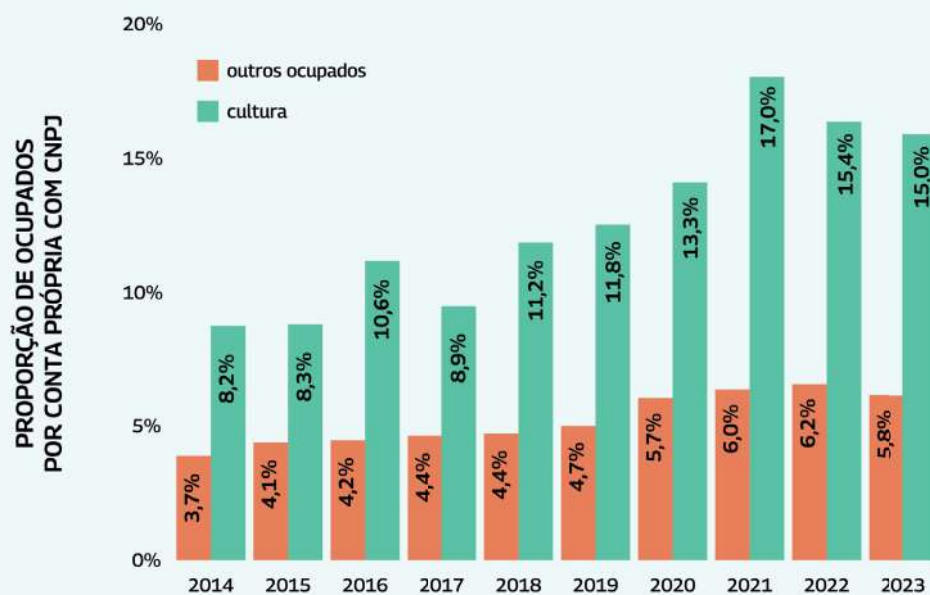


Figura 6.1:

Proporção de ocupados na cultura entre o total de ocupados por Unidade Federativa, 2014 e 2023.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE, 2014 e 2023.

- * A figura apresenta os dados de ocupação por Unidade da Federação, para os anos de 2014 e 2023, onde a intensidade da cor representa a proporção de participação de trabalhadores da cultura no total de trabalhadores. O mapa utiliza uma escala crescente que vai de 2 a 3% (verde mais claro) a 7 a 8% (verde mais escuro).
- * Em 2014, eram 5,2 milhões de trabalhadores na cultura, equivalente a 5,7% do mercado de trabalho do país, e em 2023, eram 5,8 milhões, o que correspondiam a 5,8% do total. A proporção da fatia da cultura no mercado de trabalho dos estados, em 2014, variou de 2,8% (Tocantins) a 7,4% (São Paulo), e em 2023, de 2,9% (Amapá) a 7,8% (São Paulo). O estado do Amazonas (7,3%) se destacou, por ter percentual próximo ao encontrado no estado de São Paulo. Em 2023, o Rio de Janeiro (6,7%) passa a ser o 3º estado com maior participação da cultura e o Ceará se torna o 4º, se mantendo como destaque da região Nordeste.



- * A figura apresenta as informações sobre a parcela de trabalhadores profissionais autônomos e microempreendedores individuais (“pejotização”) entre os trabalhadores da cultura e outros ocupados, de 2014 a 2023. À direita, estão os percentuais anuais entre os profissionais da cultura, e à esquerda, a informação equivalente para os demais ocupados. A “pejotização” na cultura foi de 8,2% em 2014, atingindo seu maior valor entre os anos analisados em 2021, com 17% e, em 2023, foi de 15%. Fora da cultura, os valores foram de 3,7% em 2014 e 5,8% em 2023, sendo que o valor de 6,2% em 2022 foi o maior atingido entre os anos analisados.

Figura 6.2:

Proporção de ocupados na cultura entre o total de ocupados por Unidade Federativa, 2014 e 2023.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE, 2014 e 2023.

EIXO 07

Cultura, bem viver
e justiça climática

✱ *Eixo 07:*

Cultura, bem viver e justiça climática

Os dados apresentados neste eixo destacam os efeitos da ação humana sobre meios de vida tradicionais. Os Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidos nacionalmente incluem andirobeiros; apanhadores de flores sempre vivas; caatingueiros; caiçaras; catadores de mangaba; cipozeiros; povos ciganos; comunidades de fundo e fecho de pasto; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; faxinalenses; geraizeiros; ilhéus; morroquianos; pantaneiros; pescadores artesanais; povo pomerano; povos indígenas; benzedeiros; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; quebradeiras de coco babaçu; raizeiros; retireiros do Araguaia; ribeirinhos; vazanteiros; veredeiros; caboclos; juventude de povos e comunidades tradicionais (Decreto nº 11.481, de 2023). Em função da disponibilidade de dados, o foco de alguns dados deste relatório será sobre territórios indígenas e quilombolas.

Os meios e modos de vida das comunidades tradicionais têm origem na terra. Assim, proteger e valorizar a cultura dessas comunidades é também uma forma de preservar o meio ambiente. A justiça climática defende que as soluções para a crise climática devem incluir medidas para mitigar o desmatamento e proteger as comunidades mais vulneráveis. Ações como a conservação de florestas, a restauração de ecossistemas e a defesa dos direitos das populações tradicionais são fundamentais para uma abordagem justa e equitativa no combate às mudanças climáticas. O desmatamento pode alterar o clima local, aumentando a temperatura e mudando os padrões de chuva. Isso afeta diretamente a agricultura e a segurança alimentar das comunidades que vivem nessas áreas, exacerbando a pobreza e a insegurança alimentar. Ao analisar os dados sobre desmatamento, observa-se que **os territórios indígenas têm funcionado como uma barreira ao avanço do desmatamento na Amazônia Legal**, com uma baixa taxa de desmatamento nesses territórios. Contudo, observa-se uma **predominância dessa prática ao redor de algumas comunidades**, sobretudo nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Ademais, os conflitos por posse de terra ou recursos naturais também se concentram em municípios cuja presença dessas comunidades ultrapassa 40% da área municipal.

O desmatamento, especialmente em florestas tropicais como a Amazônia, libera grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases de efeito estufa (GEE) armazenados nas árvores e no solo. Isso contribui significativamente para o aquecimento global, exacerbando os impactos das mudanças climáticas, como secas, enchentes e eventos climáticos extremos.

As análises dos dados de desastres naturais indicam a **concentração de desastres relacionados à seca e estiagem na região Nordeste**, levando-se em conta que dados de ocorrência de calamidades, para o recorte e análise selecionados, estão disponíveis apenas para os anos de 2015 e 2016.

Metodologia:

Os dados acerca de territórios indígenas e quilombolas foram obtidos junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As informações sobre desmatamento são do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As informações sobre desastres naturais foram obtidas no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), e os conflitos por posse da terra e recursos naturais na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Também é importante ter em conta a ocorrência de conflitos pela posse de terra, por recursos naturais, expulsão forçada de comunidades e violência no campo, o que constitui uma violação de direitos humanos e perpetua a desigualdade ambiental. Os dados mostram que o número de conflitos é maior em municípios em que a proporção de comunidades tradicionais também é maior. Embora não seja possível afirmar que a totalidade desses conflitos tenha acontecido dentro de territórios indígenas ou quilombolas, a alta concentração desses povos em cada um desses municípios permite inferir que pelo menos uma parcela desses conflitos se deu no interior ou nas proximidades dessas comunidades.

A atualização das informações de monitoramento ambiental, ampliação das bases de dados de comunidades tradicionais e cruzamento de dados com outros aspectos transversais a essas comunidades podem enriquecer essa análise.

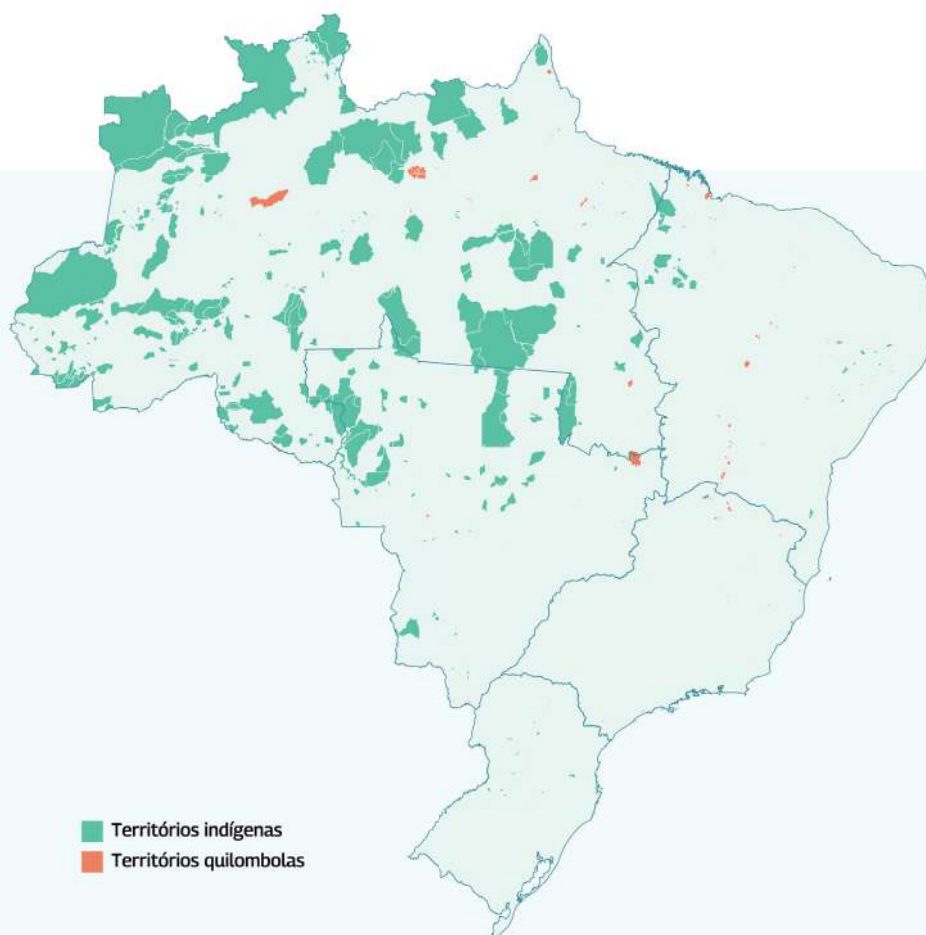


Figura 7.1:

Territórios indígenas e quilombolas demarcados por região do Brasil. 2024.

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Terras Indígenas (Funai) e quilombolas (Incra).

* Mapa com a distribuição dos territórios indígenas e quilombolas no Brasil, por delimitação regional. Os territórios indígenas apresentados datam desde 1911 até 2024 e os territórios quilombolas partem de 1995 e vão até 2024. A maior parte dos territórios é indígena e se concentra na região Norte. A área total brasileira coberta por territórios indígenas é de aproximadamente 115 milhões de hectares, enquanto que territórios quilombolas tem área de, aproximadamente, 3 milhões de hectares.

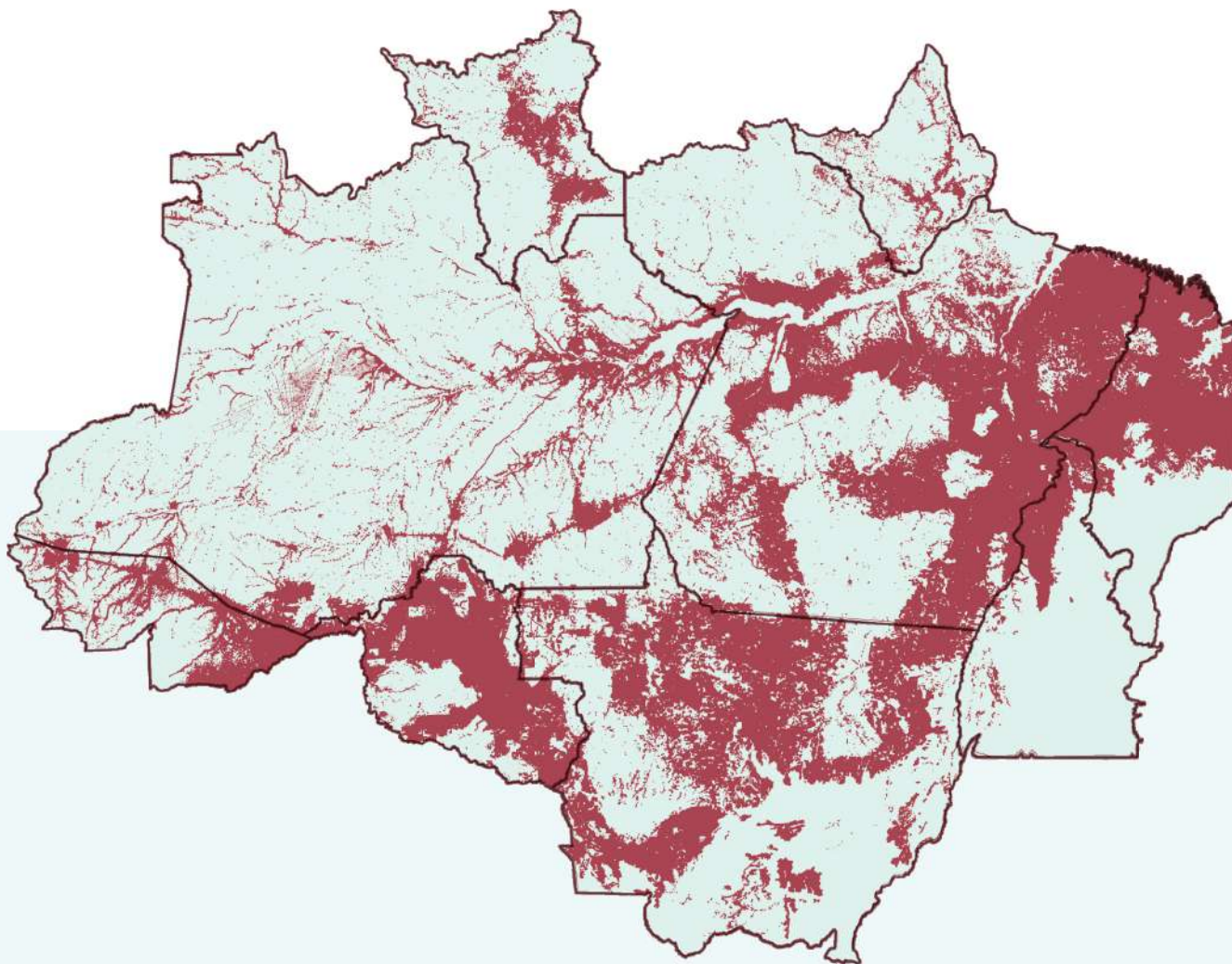


Figura 7.2:

**Desmatamento na
Amazônia Legal até
2023. Brasil, 2024.**

Fonte: elaboração própria
com base nos dados de
desmatamento da Amazônia
Legal (PRODES/INPE).

- * O mapa apresenta os dados de desmatamento histórico, acumulado até 2023, na Amazônia Legal. A Amazônia Legal é uma região administrativa, criada pelo governo brasileiro para promover o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental da Amazônia. Ela abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. O desmatamento histórico é apresentado apenas para essa região, pois os dados oficiais do Governo (PRODES/INPE) sobre desmatamento são produzidos de forma completa apenas para esse recorte do país. Nas demais regiões, há informação faltante para alguns períodos. Por compartilhar a região com comunidades tradicionais, especialmente indígenas e comunidades extrativistas, o monitoramento e prevenção do desmatamento é fundamental para a preservação da cultura dessas comunidades.

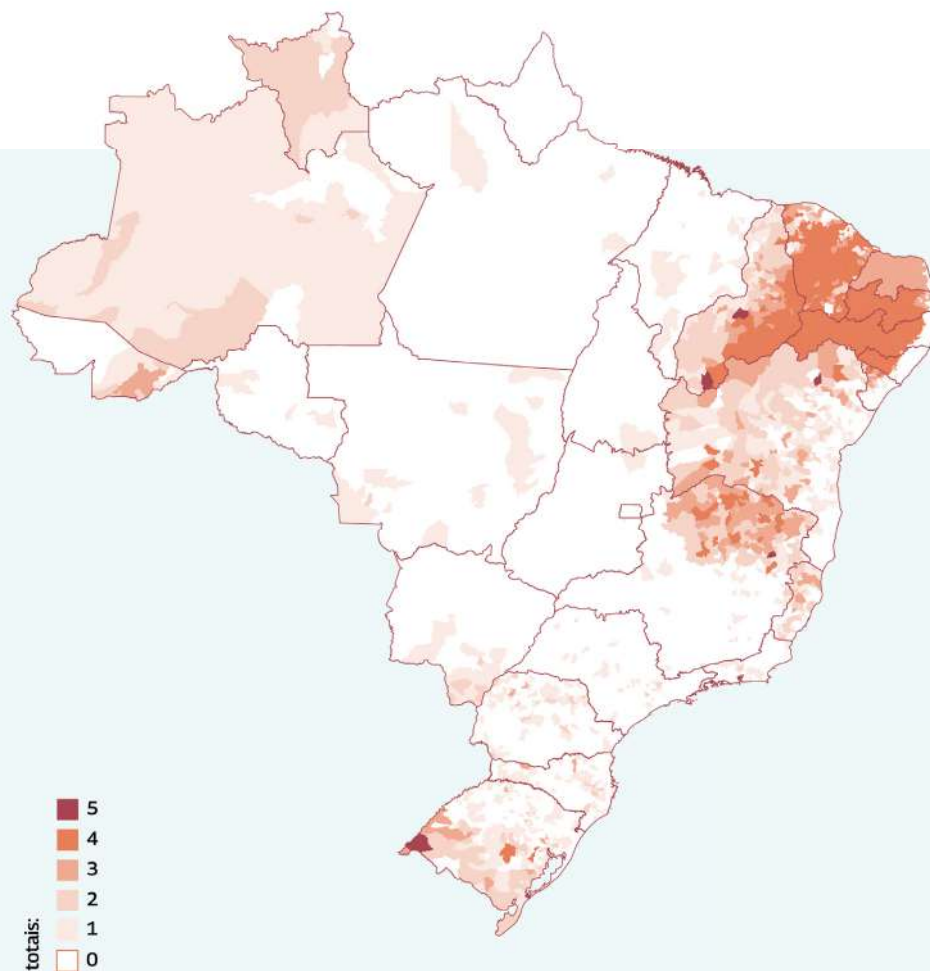


Figura 7.3:

Número de situações de emergência e calamidade pública reconhecidas por município. Brasil, 2015 e 2016.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID/MIDR (2015 e 2016).

- * Mapa com os totais de desastres naturais por município entre 2015 e 2016. Os desastres naturais incluem, por exemplo, deslizamentos, enxurradas, erosões, estiagem ou seca, entre outros.
- * Os municípios com maior número de calamidades estão concentrados no Nordeste. A quase totalidade dessas ocorrências refere-se a problemas de estiagem ou seca. A intensidade desses desastres anualmente compromete os recursos naturais vitais para a subsistência das comunidades tradicionais.

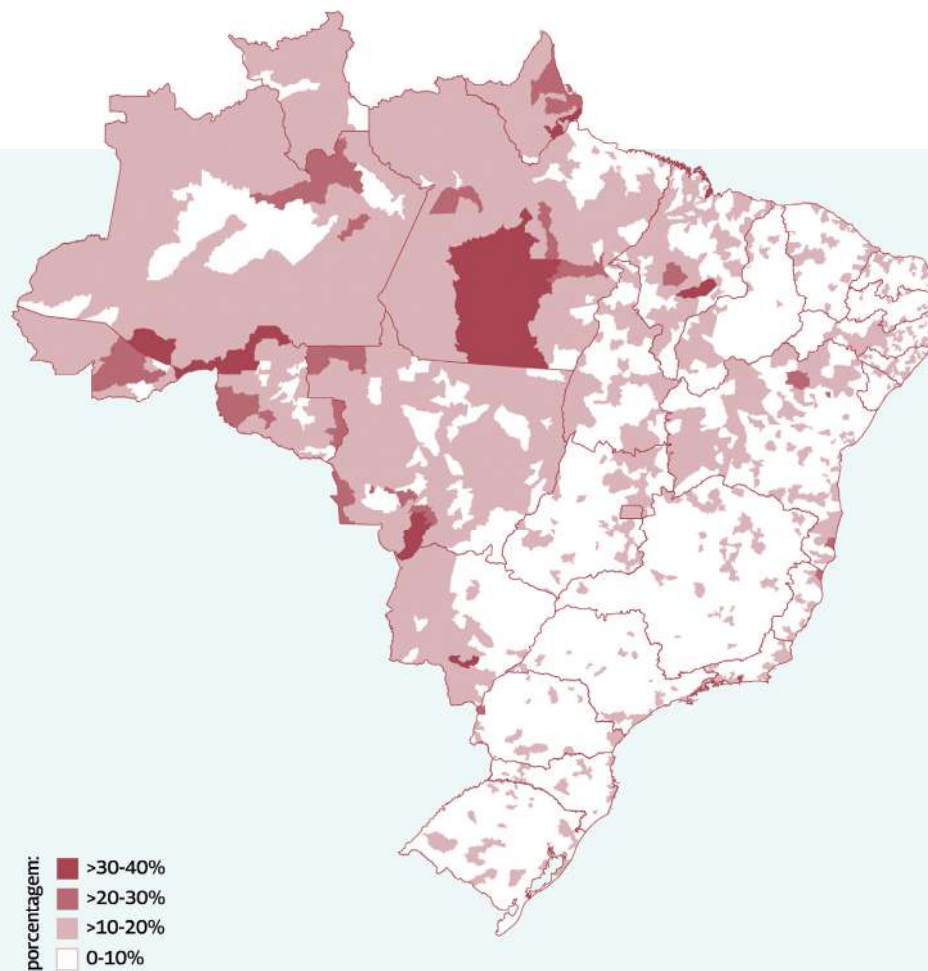


Figura 7.4

Número de conflitos rurais registrados por município. Brasil, 2020-2022.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2020 a 2022).

- * Mapa com os totais de conflitos pela posse da terra e por recursos naturais em cada município entre 2020 e 2022. O número de conflitos é significativamente maior em regiões onde a presença de comunidades tradicionais também é mais expressiva. Em particular, chama a atenção os municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no Pará. Ambos possuem mais de 40% do território municipal como terra de povos tradicionais e acumulam mais de vinte conflitos ocorridos entre 2020 e 2022.

EIXO 08

Cultura digital e direitos digitais

✱ Eixo 08:

Cultura digital e direitos digitais

Os mercados culturais de áudio e vídeo têm observado importantes mudanças ao longo das últimas décadas com a ascensão de ferramentas de compartilhamento e *streaming*. No total, 26% do tempo de consumo de vídeo no Brasil foram dedicados a vídeos online, demonstrando a importância crescente das plataformas digitais na vida dos brasileiros⁴.

Metodologia:

Relatório de 2024 da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI), Relatório Pró-Música 2024, Dados sobre distribuição de Direitos Autorais disponibilizados pelo Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição).³

³ As fontes de informação deste eixo não são oficiais, diferentemente das usadas nos demais eixos deste relatório. Para abordar o tema apresentado, foram utilizadas fontes jornalísticas e não governamentais

⁴ <https://www.mundoconectado.com.br/streaming/netflix-supera-globoplay-e-amazon-e-domina-mercado-de-streaming-no-brasil/>

O Relatório de 2024 da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI)⁵ revela um crescimento de 10,2% na receita global total da indústria em 2023, em comparação com 2022, com o streaming representando 67,3% desse total. Com 667 milhões de usuários com assinaturas pagas mundialmente, o streaming continua a ser a principal fonte de renda do setor. **O Brasil consolidou-se como o 9º maior mercado de música no mundo e 2º na América Latina**, com o streaming representando 86,3% do total de receitas da indústria fonográfica na região. Esse desempenho reflete a importância do streaming como principal fonte de renda para o setor musical na região.

O Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição)⁶ tem um papel fundamental na distribuição de direitos autorais no país. Em **2023**, foram arrecadados 1,6 bilhão de reais, dos quais 1,3 bilhão foi destinado a mais de 323 mil compositores, intérpretes, músicos e produtores fonográficos, marcando o **maior valor de direitos autorais já distribuído no Brasil**. O crescimento expressivo do streaming também foi destacado pelo Ecad, com um aumento de 57,85% no streaming de áudio e 23,16% no streaming de vídeo, comparado a 2022. No primeiro semestre de 2024, já distribuiu um total de 817,6 milhões de reais em direitos autorais para mais de 315 mil profissionais do ramo. Uma parte significativa dessa distribuição foi impulsionada pelo setor audiovisual, com aproximadamente 47% dos valores provenientes de segmentos como TVs aberta e fechada (29%), streaming de vídeo (14%) e cinema (4%). A rádio foi responsável por 16% da distribuição e os shows por 13%. Esse equilíbrio entre diferentes fontes de receita destaca a **diversificação do mercado musical brasileiro e a relevância de múltiplos canais de monetização para os artistas**. A predominância de compositores e artistas nacionais também é evidente, recebendo aproximadamente 75% dos valores, enquanto 25% foi destinado a artistas estrangeiros. Entre os segmentos com maior crescimento, o de shows merece destaque, com mais de 107 milhões de reais distribuídos em direitos autorais no primeiro semestre de 2024, representando um aumento de 22% em comparação com 2023. Isso reflete a retomada dos eventos presenciais após a pandemia e a importância das apresentações ao vivo para a geração de receita no mercado musical.

A transformação digital impulsionada pela ascensão das plataformas de streaming tem moldado profundamente o setor cultural e a economia criativa. Embora esses avanços promovam uma democratização do acesso e da produção de conteúdos, também levantam desafios em relação à proteção dos direitos de propriedade intelectual, à sustentabilidade dos criadores humanos e à preservação da autenticidade cultural. Adicionando a este contexto a ascensão de ferramentas de inteligência artificial generativa e o crescimento exponencial do mercado fonográfico exigirão que a inovação e a regulação caminhem juntas para assegurar um desenvolvimento sustentável e inclusivo para todos os envolvidos no setor cultural.

5 <https://globalmusicreport.ifpi.org/>

6 <https://www4.ecad.org.br/transparencia/>

